

PROGRAMA DE AÇÃO GOVERNAMENTAL (1993/1994)

Governo Itamar Franco

338.26
B 123
ex-2
BD / SEPLAN
1993/1994

Versão Preliminar
Abril/1993

PROGRAMA DE AÇÃO GOVERNAMENTAL (1993/1994)

III. COMBATE À FOME, AO SUBDESENVOLVIMENTO E À POBREZA 05 *Governo Itamar Franco*

3.1 Alimentação e Nutrição

Princípios Orientadores

Ações Prioritárias

- Programa de Distribuição de Leite para Lactentes
- Merenda Escolar
- Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)
- Rede SOMAR: Programa de Abastecimento nas Regiões de Pobreza

3.2 Geração de Emprego e Renda

3.3 Combate à Seca no Nordeste

IV. MELHORIA DAS CONDIÇÕES SOCIAIS DA POPULAÇÃO..... 05

4.1 Educação e Cultura

Princípios Orientadores

Ações Prioritárias

- Educação Pré-escolar
- Ensino Fundamental
- Ensino Médio
- Educação Tecnológica
- Atuação Integral à Criança
- Assistência ao Estudante

ÍNDICE

PRIMEIRA PARTE: DIAGNÓSTICO E POLÍTICA GLOBAL

I.	INTRODUÇÃO.....	01
II.	POLÍTICAS DE ESTABILIZAÇÃO E REFORMAS ESTRUTURAIS	05

SEGUNDA PARTE: AÇÕES PRIORITÁRIAS

III.	COMBATE À FOME, AO DESEMPREGO E À POBREZA	09
	3.1 <u>Alimentação e Nutrição</u> Princípios Orientadores Ações Prioritárias - Programa de Distribuição de Leite para Lactentes - Merenda Escolar - Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) - Rede SOMAR: Programa de Abastecimento nos Bolsões de Pobreza	
	3.2 <u>Geração de Emprego e Renda</u>	
	3.3 <u>Combate à Seca no Nordeste</u>	
IV.	MELHORIA DAS CONDIÇÕES SOCIAIS DA POPULAÇÃO.....	15
	4.1 <u>Educação e Cultura</u> Princípios Orientadores Ações Prioritárias - Educação Pré-escolar - Ensino Fundamental - Ensino Médio - Educação Tecnológica - Atenção Integral à Criança - Assistência ao Estudante - Apoio à Cultura	
	4.2 <u>Saúde</u> Princípios Orientadores Ações Prioritárias - Consolidação do SUS (Sistema Único de Saúde) - Assistência Farmacêutica - Controle de Doenças	
	4.3 <u>Habitação e Saneamento</u> Princípios Orientadores	

	Ações Prioritárias	
	- Moradias para a População de Baixa Renda	
	- Saneamento Básico	
4.4	<u>Proteção Especial à Criança e ao Adolescente</u>	
	Princípios Orientadores	
	Ações Prioritárias	
4.5	<u>Proteção Social do Trabalhador</u>	
	Princípios Orientadores	
	Ações Prioritárias	
V.	APOIO A RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO	25
5.1	<u>Desenvolvimento Agropecuário e Reforma Agrária</u>	
	Princípios Orientadores	
	Ações Prioritárias	
	- Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural	
	- Defesa Sanitária	
	- Cooperativismo	
	- Formação de Estoques Reguladores	
	- Crédito Rural	
	- Seguro Rural	
	- Comercialização de Alimentos Básicos	
	- Reforma Agrária	
5.2	<u>Desenvolvimento Industrial e do Comércio Exterior</u>	
	Princípios Orientadores	
	Ações Prioritárias	
	- Acordos Setoriais	
	- Reestruturação Industrial	
	- Produtividade e Competitividade	
	- Abertura Comercial	
	- Fomento às Exportações	
5.3	<u>Recuperação e Modernização da Infra-Estrutura</u>	
5.3.1	Transportes	
	Princípios Orientadores	
	Ações Prioritárias	
	- Restauração da Malha Rodoviária	
	- Duplicação de Trechos Rodoviários Saturados	
	- Recuperação e Consolidação dos Sistemas Ferroviários Urbanos	
	- Recuperação e Modernização dos sistemas Ferroviários de Integração	
	- Recuperação e Modernização de Portos e Apoio à Construção Naval	
5.3.2	Energia	
	Princípios Orientadores	
	Ações Prioritárias	
	- Geração de Energia Elétrica	

- Transmissão de Energia
 - Expansão da Utilização do Gás Natural
 - Exploração, Produção e Comercialização de Petróleo
- 5.3.3 Comunicações
- Princípios Orientadores
- Ações Prioritárias
- Expansão e Modernização do Sistema Telefônico
 - Expansão e Modernização das Telecomunicações Nacionais e Internacionais

VI. INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO 45

Princípios Orientadores

Ações Prioritárias

- Apoio à Ampliação dos Investimentos Privados em C&T
- Incentivos Fiscais para a Capacitação Tecnológica
- Propriedade Industrial
- Informática
- Circuitos Integrados de Base Microeletrônica
- Tecnologias Estratégicas
- Formação de Recursos Humanos
- Apoio ao Sistema de Pesquisa
- Tecnologias de Cunho Social
- Reestruturação do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia

VII. DESENVOLVIMENTO REGIONAL 53

Princípios Orientadores

Ações Prioritárias

. REGIÃO NORTE

- . Apoio aos Setores Produtivos Regionais
- . Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (Planaflo)
- . Zona Franca de Manaus (ZFM)
- . Corredor de Exportação Norte

. REGIÃO NORDESTE

- . Apoio aos Setores Produtivos Regionais
- . Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste - PAPP
- . Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur/NE)
- . Programa de Irrigação do Nordeste (Proine)
- . Aproveitamento Hidroagrícola

. REGIÃO CENTRO-OESTE

- . Apoio aos Setores Produtivos Regionais
- . Projeto de Desenvolvimento Agroambiental de Mato Grosso (Prodeagro)

. AÇÕES MULTIRREGIONAIS

Controle de Enchentes e Recuperação de Vales e Cidades

VIII. POLÍTICA AMBIENTAL 61

Princípios Orientadores

Ações Prioritárias

- . Desenvolvimento Institucional
- . Educação Ambiental
- . Acordos e Convenções Internacionais
- . Proteção de Ecossistemas e Conservação dos Recursos Naturais Renováveis
- . Monitoramento, Controle e Fiscalização do Meio Ambiente

- as taxas de desemprego aberto historicamente baixas (de 3 a 4% em média) atingem, hoje, cerca de 6% da População Economicamente Ativa (PEA). Estima-se que existam atualmente no País sete milhões de desempregados;
- a fome e a miséria afetam cerca de 32 milhões de pessoas; destas, 55% estão concentradas na Região Nordeste e 25% na Região Sudeste;
- as estatísticas nacionais comprovam os altos índices de repetência e evasão no sistema educacional, particularmente ao nível do ensino fundamental (23% e 20%, respectivamente para a 1ª série; e 23% e 16% para a 5ª série), má formação e remuneração de professores (salários que variam de 1 a 3 salários mínimos, em média), métodos ineficazes de alfabetização, mau ordenamento da rede escolar e deterioração da rede física do sistema educacional. O resultado é uma tendência cada vez maior à formação de contingentes de mão-de-obra despreparada e a existência de cerca de 30 milhões de analfabetos no País;
- parcela significativa da população habita em moradias precárias, despendendo parte crescente de sua renda no atendimento a essa necessidade. Estima-se que o déficit habitacional seja de 10 milhões de moradias, e que a demanda anual por novas unidades seja de 750 mil residências;
- somente cerca de 40% da população urbana dispõe de rede pública de coleta de esgotos e 10% da população rural tem acesso a alguma forma de saneamento. Dos efluentes coletados, somente 10% recebem tratamento e destinação final adequados;
- cerca de 80% da população moram nas áreas urbanas e grande parte depende de transporte caro e de baixa qualidade;
- persistem os desequilíbrios regionais, inclusive com recorrência de crises periódicas associadas ao fenômeno das secas do Nordeste; a estrutura espacial apresenta concentração de empregos, infra-estrutura urbana, serviços e renda em determinados núcleos mais dinâmicos; observa-se concentração da população em áreas com deficiências de infra-estrutura e em áreas metropolitanas, comprometendo a qualidade ambiental com problemas de poluição e erosão;
- a demanda por serviços de saúde e saneamento tem crescido em velocidade superior à capacidade de oferta, com reflexos negativos na qualidade de vida. Doenças endêmicas e epidêmicas - das quais o cólera é apenas mais uma - grassam pelo País, em função das deficiências do sistema de saneamento e dos baixos níveis de educação da população; e,

PRIMEIRA PARTE: DIAGNÓSTICO E POLÍTICA GLOBAL

I. INTRODUÇÃO

As profundas mudanças no panorama político do Brasil, iniciadas em 1990, com a posse do primeiro Presidente eleito pelo voto direto, após um período de 30 anos, e culminadas com o processo do seu impedimento, demonstraram a maturidade das instituições democráticas do País. O Vice-Presidente da República assumiu o comando da Nação, de forma regular e ordenada, em estrita obediência aos termos da lei e da Constituição.

Os progressos no campo político, no entanto, contrastam fortemente com a gravidade e complexidade da crise econômica e social.

O Brasil, que desde o início do século era uma das economias mais dinâmicas do mundo, simplesmente parou de crescer a partir dos anos 80.

Estima-se que a taxa média de crescimento da renda *per capita* do Brasil, no período de 1913 a 1980, foi de 2,9% ao ano, taxa esta superior a de qualquer outro país do mundo.

Nos 33 anos que vão de 1948 - quando as Contas Nacionais começaram a ser calculadas pela Fundação Getúlio Vargas - até 1980, não havia sido registrada queda do Produto Interno Bruto (PIB) do País. Já nos últimos 12 anos, sete foram de retrocesso econômico, com queda da renda *per capita*, como consequência de diminuição do PIB (1981, 1983, 1988, 1990 e 1992) ou porque o seu crescimento foi inferior ao incremento demográfico (1982 e 1991).

Como parte desse processo a taxa de investimento da economia brasileira (formação bruta de capital fixo como proporção do PIB) declinou de 22,8% em 1980 para 15,2% em 1991. Estimativas recentes indicam que a taxa de ocupação média da indústria corresponde a apenas 72% de sua capacidade produtiva.

Em consequência, o país se tornou mais pobre e a renda per capita do brasileiro, em 1991, era 5,3% inferior a de 1980.

Acrescente-se a isso a intensidade do processo inflacionário que, embora sendo um fenômeno secular, com raízes remotas em nossa história econômica, exacerbou-se sobremaneira na última década. Em 1980, pela primeira vez, a inflação anual ultrapassou o nível dos dois dígitos, atingindo patamares sucessivos de taxas médias anuais de 100%, no período 1980/83, 200%, no período 1984/85, 400% em 1988, e mais de 1.000% de 1989 em diante (excluídos os anos de 1986 e 1989, por conta dos choques econômicos desses anos).

O impacto dessa crise sobre diferentes segmentos da economia e da sociedade pode ser evidenciado nos seguintes indicadores:

- a participação da remuneração dos empregados na Renda Nacional caiu de cerca de 50% em 1970 para 30% em 1991;
- mais da metade da população empregada percebe rendimentos inferiores a dois salários mínimos;

- o meio ambiente sofre processo de degradação, com perspectiva de comprometimento da flora e fauna e dos recursos hídricos.

Frente a essa situação, o Governo está consciente de suas responsabilidades, não deixando de reconhecer que os meios e instrumentos de que dispõe estão muito aquém da magnitude e complexidade dos desafios a enfrentar.

Ao lado da crise econômica, das carências sociais e das transformações políticas, que caracterizam o chamado ambiente externo, é preciso considerar, no plano interno, a exaustão fiscal do Estado, a indefinição do novo modelo de Federação, o desmantelamento da máquina da administração pública e a persistência de vícios e defeitos herdados do passado, tanto no comportamento político como no desempenho gerencial, que limitam, restringem e enfraquecem a capacidade de agir do Estado na busca de soluções para os graves problemas que inquietam a Nação.

Dentre esses problemas avulta em importância o das finanças públicas, cujo reordenamento se torna imprescindível, através de uma reforma fiscal que assegure bases estáveis de arrecadação tributária, reduza as vinculações de receitas, que impõem grande rigidez à estrutura do gasto público, contribua para uma redefinição de encargos entre União, Estados e Municípios, redistribua o peso da carga fiscal entre indivíduos e setores, elimine os aspectos regressivos do sistema e facilite o combate à sonegação.

Sem uma revisão profunda das finanças públicas, que garanta o equilíbrio permanente das contas do Governo, não será possível conter o processo inflacionário e retomar o rumo do crescimento sustentado.

A abordagem dos problemas brasileiros da atualidade tem de ser feita com humildade e cautela, com plena consciência das fortes restrições que condicionam o processo decisório. Existe, portanto, a clara noção de que é preciso planejar e avaliar, definir estratégias e prioridades e implementar, com determinação e pertinência, as ações que possam assegurar o uso mais eficiente dos escassos recursos e meios disponíveis.

Essa é uma tarefa que não cabe apenas ao Governo, mas que exige a mobilização de toda a sociedade.

Ao Governo compete levantar as opções, avaliar as alternativas e propor os caminhos para a gradual superação da crise atual.

Tão logo tomou posse, o atual Governo elaborou o documento de *Diretrizes de Ação Governamental*, que explicita não apenas a estratégia de desenvolvimento do País, numa perspectiva de longo prazo, como também os princípios básicos de sua ação, no campo da política macroeconômica de curto prazo.

Paralelamente foram adotadas medidas visando a reativar a atividade econômica e a melhorar as condições sociais da população, através de acordos setoriais com o setor industrial, da definição de políticas relacionadas com o combate à fome, ao desemprego e à pobreza - envolvendo alimentação e nutrição, tarifas sociais para serviços públicos, combate aos efeitos da seca do Nordeste - a par de propostas para aperfeiçoamento da política salarial, política de saúde e de medicamentos básicos, e revisão de projetos de reforma fiscal e da lei orçamentária de 1993.

O presente *Programa de Ação* consolida e amplia todas essas propostas e traduz, em termos operacionais, as diretrizes estratégicas acima mencionadas, definindo as ações concretas que serão desenvolvidas no período de 1993 a 1994 e nas áreas prioritárias, a saber:

1. combate à pobreza, ao desemprego e à fome;
2. melhoria das necessidades básicas da população nas áreas de educação, saúde, habitação, saneamento e previdência;
3. valorização do trabalhador e proteção à criança e ao adolescente;
4. melhoria da competitividade, incentivo ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e modernização tecnológica da base produtiva;
5. incremento da produção e da produtividade agropecuária e reforma agrária;
6. recuperação e modernização da infra-estrutura;
7. reforma e modernização do Estado e reestruturação do serviço público;
8. preservação, recuperação e conservação do meio ambiente urbano e rural.

Este programa certamente estará muito aquém daquilo que seria ditado pela vontade do Governo e pelas aspirações da sociedade. Mas é o programa possível, na atual conjuntura, dado que corresponde à proposta mais compatível com as restrições financeiras definidas pelo Orçamento de 1993 e pelo projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1994, recentemente encaminhado à apreciação do Congresso Nacional.

II. POLÍTICAS DE ESTABILIZAÇÃO E REFORMAS ESTRUTURAIS

A economia brasileira tem-se caracterizado, historicamente, por seu grande dinamismo e potencial de crescimento. Por isso, a despeito da crise atual, caracterizada por inflação elevada, estagnação econômica e profundas carências sociais, existem fundadas razões para esperar uma rápida alteração desse quadro, uma vez criadas algumas condições mínimas de equilíbrio financeiro no setor público e de reversão de expectativas no setor privado.

Os efeitos positivos das primeiras medidas adotadas pelo Governo, que induziram uma sensível reativação econômica no último trimestre do ano passado e no primeiro deste ano, dão uma idéia do espaço de manobra que ainda existe e que pode ser explorado, de forma solidária, pelos setores público e privado, na busca de caminhos novos e estratégias alternativas que conduzam à estabilidade e ao desenvolvimento.

Sem dúvida, o maior desafio do atual Governo é tentar conciliar o controle da inflação com uma retomada seletiva do desenvolvimento. E implementar, ao mesmo tempo, dentro dos limites dos recursos disponíveis, políticas compensatórias, visando a atenuar os efeitos do desemprego, da fome e da pobreza, e evitar que esses fenômenos, já endêmicos no País, venham a ser agravados em função dos efeitos colaterais das políticas econômicas de estabilização.

É um desafio complexo e difícil, considerando que esses objetivos normalmente conflitam entre si no curto prazo e que a sua harmonização, dentro do breve período do atual Governo, exige esforço e competência da administração pública.

Implica também a necessidade de elevar, de forma significativa, a eficiência da ação do Governo, particularmente a nível setorial, regional e de implementação de programas e projetos e no que se refere à articulação com o setor privado e à mobilização da sociedade, para a execução de programas sociais.

Assim, a estratégia macroeconômica e de reformas estruturais pressupõe os seguintes objetivos:

- a) progressiva redução da inflação de forma compatível com uma retomada gradual e seletiva da atividade econômica. Em termos de crescimento do PIB espera-se taxas de 2,5% em 1993 e 3,5% em 1994, a serem alcançadas mediante aproveitamento de capacidade ociosa e pelo incentivo à recuperação dos investimentos privados;
- b) reformas estruturais relacionadas com a redefinição das funções do Estado, a reestruturação do setor público e o apoio às atividades privadas.

Princípios Orientadores

Nesse sentido serão obedecidos os seguintes princípios orientadores:

- a) Quanto à estabilização e retomada do crescimento sustentado:

- Contenção gradual das taxas de inflação, respeitando-se as regras contratuais, com exclusão de quaisquer medidas de caráter heterodoxo, como congelamentos de preços e bloqueio de ativos;
- Redução gradual das pressões da rolagem da dívida mobiliária federal sobre as contas públicas e das conseqüentes repercussões sobre as taxas reais de juros;
- Baixa gradual das taxas de juros, em sintonia com a desaceleração das taxas de inflação e com o nível de ingresso de recursos externos;
- Adoção de política fiscal restritiva, dando cumprimento ao princípio do equilíbrio das contas públicas e evitando formas de financiamento inflacionárias;
- Política cambial consistente com o processo de abertura comercial, praticando-se taxas de câmbio em níveis adequados ao crescimento das exportações e à manutenção do estoque de reservas necessário ao País;
- Fortalecimento das posições nacionais em negociações no GATT e na ALADI, particularmente no MERCOSUL;
- Prioridade para os investimentos públicos e privados que propiciem maior absorção de mão-de-obra.

b) Quanto à reestruturação do setor público e apoio ao setor privado:

- Valorização e capacitação do servidor público e melhoria da qualidade e produtividade dos serviços prestados ao cidadão e ao contribuinte;
- Rígido controle e fiscalização do gasto da administração direta e indireta;
- Elaboração de proposta de profunda reforma estrutural das finanças públicas, com redistribuição dos encargos e receitas nas três esferas de Governo, contribuindo, em caráter permanente, para o equilíbrio orçamentário e para a eliminação do déficit público como elemento causal da inflação;
- Prática realista de política de preços e tarifas públicas pautada nos custos de produção e no aumento de produtividade de cada empresa/setor;

- Implementação de Contratos de Gestão entre Governo Federal e empresas estatais, permitindo que estas atuem em condições similares às do setor privado, sem perder de vista suas funções sociais;
- Dinamização do processo de desestatização e privatização, permitindo a gradativa retirada do Governo de atividades onde sua participação já não se faz necessária;
- Equacionamento e solução dos passivos e outros problemas estruturais do setor público como: as dificuldades financeiras da Seguridade Social; as dívidas dos Estados, Municípios e empresas estatais; e o déficit potencial do Fundo de Compensação de Variações Salariais;
- Retomada seletiva das obras paralisadas na área de infraestrutura em projetos com retorno econômico e social garantido.

É imperativo que a retomada do crescimento seja obtida em novas bases pautadas no aumento da eficiência e na integração competitiva na economia mundial. Urge promover a descentralização, para os estados e municípios, das ações sociais e incentivar a participação do setor privado nas atividades de infra-estrutura econômica.

Especial atenção será dada à normatização da lei de abertura e modernização dos portos, à aprovação da lei de concorrência de obras e concessão de serviços públicos, à alteração da regulamentação do transporte rodoviário interestadual de passageiros, à desregulamentação do transporte multimodal de cargas e à alteração da legislação referente à venda de medicamentos e defesa da cidadania e do consumidor.

Com a retomada do crescimento, o aumento dos níveis de emprego e a melhoria da distribuição de renda, com perspectivas de ampliação do mercado interno, vislumbra-se a intensificação dos investimentos privados, propiciando as pré-condições para a dinamização dos programas de reestruturação produtiva, especialmente no que respeita à capacitação tecnológica industrial.

SEGUNDA PARTE: AÇÕES PRIORITÁRIAS

III. COMBATE À FOME, AO DESEMPREGO E À POBREZA

3.1 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

A questão da alimentação e nutrição constitui a grande prioridade da política de desenvolvimento do País. Aproximadamente 32 milhões de brasileiros se defrontam com o problema da fome. Mais grave ainda é o fato que a desnutrição afeta sobretudo as crianças menores de 5 anos, comprometendo o seu desenvolvimento físico e intelectual e pondo em risco, por consequência, o futuro do País.

O problema somente poderá ser resolvido com reformas estruturais que assegurem a erradicação da miséria e a melhoria dos níveis de renda da população. Ainda assim impõe-se ao Governo a adoção de medidas, inclusive com a mobilização de esforços de toda a sociedade, para melhoria imediata das condições de vida dos mais pobres.

A distribuição de alimentos, por si só, não soluciona o problema nutricional, mas a experiência internacional tem demonstrado que a suplementação alimentar é fundamental para reduzir a desnutrição. Nesse sentido, é reconhecida a importância da merenda escolar, um direito assegurado pela Constituição Federal (art. 208, VII), que constitui para muitos alunos a única alternativa de alimentação e, por isso, funciona como fator de atração e permanência da criança nas escolas.

O subsídio à alimentação dos trabalhadores e os programas de abastecimento em periferias urbanas e bolsões de pobreza constituem outros instrumentos para elevação da renda indireta, na medida em que melhoram o consumo alimentar das populações mais carentes.

Princípios Orientadores

Frente à escassez e à má alocação dos recursos públicos, e dada a magnitude e gravidade do problema de alimentação e nutrição, os esforços do Governo no biênio 1993/94 deverão estar concentrados no atendimento aos grupos mais vulneráveis e na adoção de estratégias que o tornem mais eficiente e eficaz, de acordo com os seguintes princípios:

- Assistência alimentar às crianças desnutridas menores de dois anos e aos escolares do 1º grau. Aproximadamente, 80% dos desnutridos são menores de dois anos, percentual equivalente a 2,7 milhões de crianças. A gravidade da situação se reflete na diminuição da resistência a enfermidades e nas seqüelas no crescimento e desenvolvimento infantil. Vale ainda registrar que ocorrem anualmente 250 mil óbitos de crianças menores de um ano, dos quais 50% vinculados à desnutrição, como causa básica ou associada.

É imperativo, assim, que a assistência alimentar seja prioritariamente voltada para o grupo materno-infantil e associada à prestação de serviços básicos de saúde.

Para cumprimento da garantia constitucional referente à alimentação dos escolares da rede pública, a ação do Governo obedecerá aos seguintes princípios:

- . execução descentralizada das ações garantindo flexibilidade operacional para adaptação às condições locais;
- . livre adesão dos Municípios, que se responsabilizarão pela execução do atendimento;
- . associação da distribuição de alimentos às ações básicas de saúde e educação, pela co-responsabilidade e articulação desses dois setores;
- . parceria entre as diversas instâncias de governo, com explicitação da contrapartida dos níveis estaduais e municipais que deverão assumir os encargos da administração dos programas;
- . implementação de mecanismos de controle social, viabilizando a participação comunitária no acompanhamento e fiscalização das ações.

- Melhoria das condições de alimentação do trabalhador e dos consumidores de baixa renda residentes nas periferias dos centros urbanos. A renda mensal auferida por 9 milhões de famílias no Brasil (ou 32 milhões de brasileiros) permite, na melhor das hipóteses, a aquisição de uma cesta de alimentos, satisfazendo apenas as suas necessidades básicas.

Faz-se necessário, portanto, investir na melhoria das condições de saúde e alimentação da classe trabalhadora de menor renda, o que repercute positivamente na sua qualidade de vida, no aumento da produtividade e na redução de acidentes do trabalho. Este objetivo será alcançado através da ampliação da cobertura e aprimoramento do Programa de Alimentação do Trabalhador-PAT.

Cumpra, ainda, reduzir e estabilizar os preços dos produtos básicos para os consumidores de menor renda, pela ampliação do atendimento e aperfeiçoamento dos mecanismos operacionais do Programa de Rede Somar - CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento.

Ações Prioritárias:

O governo deverá desenvolver, durante o segundo semestre de 1993 e no exercício de 1994, as seguintes ações prioritárias:

Programa de Distribuição de Leite para Lactentes

Objetiva atender aos desnutridos através do Sistema Único de Saúde, concentrando os esforços nas crianças menores de dois anos (e seus familiares) e gestantes de risco nutricional, mediante a distribuição de leite e óleo comestível, juntamente com a prestação das ações básicas de saúde.

Será implantado de forma gradual, com início no segundo semestre de 1993. A sua execução, incluindo a aquisição dos alimentos (leite e óleo), será realizada pelos próprios municípios que optarem pelo desenvolvimento de um atendimento integrado ao desnutrido.

Projeta-se alcançar a universalização do atendimento até o final de 1994, quando estarão sendo atendidos 10,1 milhões de usuários, dos quais 2,7 milhões de crianças desnutridas, 5,4 milhões de crianças pertencentes às famílias dos desnutridos e 2 milhões de gestantes de risco nutricional, a um custo total de Cr\$ 33,1 trilhões/ano (US\$ 1,2 bilhão).

Para o corrente exercício, são necessários Cr\$ 2,9 trilhões (US\$ 105 milhões) para o atendimento de 20% da clientela. Na proposta orçamentária de 1994 deverão ser previstos recursos no valor de Cr\$ 18,8 trilhões (US\$ 682 milhões).

Merenda Escolar

Objetiva fornecer alimentação aos alunos matriculados na rede oficial do ensino fundamental e escolas filantrópicas.

Tendo como base a adesão dos municípios e a comprovação da existência de condições de infra-estrutura e capacidade gerencial, a execução do programa será descentralizada, de acordo com o seguinte cronograma:

- início, no primeiro semestre de 1993, nas capitais dos Estados;
- incorporação, no segundo semestre, dos municípios com população acima de 50.000 habitantes, além daqueles que já participaram da experiência realizada pela FAE em 1986/87; e
- prosseguimento nos demais municípios a partir de 1994.

Os recursos necessários em 1993 para atender a 30,6 milhões de escolares, durante 200 dias letivos, são da ordem de Cr\$ 21,9 trilhões (US\$ 795 milhões). Igual valor deverá ser alocado ao programa em 1994.

Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT

O PAT resulta de uma parceria entre empresa, governo e trabalhador, beneficiando em torno de 8 milhões de trabalhadores do setor formal, o que representa 33% dos empregados com carteira assinada. Espera-se que, até o final de 1994, este percentual seja de, pelo menos, 42%, beneficiando assim cerca de 10 milhões de trabalhadores.

Rede SOMAR - Programa de Abastecimento nos Bolsões de Pobreza

O objetivo do Programa é ampliar o atendimento a consumidores de menor poder aquisitivo localizados em áreas de concentração de populações de baixa renda e em periferias de grandes centros urbanos, mediante suprimento regular de gêneros básicos a preços equivalentes ou menores que os praticados no mercado.

A utilização da capacidade ociosa de agroindústrias e indústrias de alimentos com os esperados ganhos de escala, o aproveitamento de excedentes de estoque do Governo Federal, a eliminação de despesas de "marketing", a redução dos gastos com embalagens, bem como o acompanhamento sistemático e o efeito regulador do mercado exercidos pela CONAB, deverão traduzir-se em redução nos preços dos produtos básicos a serem transferidos aos consumidores de baixa renda.

A meta síntese do Programa é ampliar o número de pequenos e micro varejistas filiados à Rede SOMAR, dos atuais 13 mil para 20 mil, até o final de 1993, e para 30 mil em 1994.

Para tanto, já estão alocados no Orçamento Geral da União de 1993, aproximadamente Cr\$ 21,96 trilhões (US\$ 796,4 milhões).

3.2 GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

Em 1992 o desemprego atingiu sete milhões de trabalhadores brasileiros, cerca de 6% da População Economicamente Ativa - PEA, principalmente, nos grandes centros urbanos.

Concomitantemente com a retomada seletiva do crescimento e com o aperfeiçoamento da política salarial o Governo Federal promoverá, neste e no próximo ano, ações com os seguintes princípios orientados:

- promover a geração de empregos permanentes, resultantes do crescimento de setores selecionados;

- criar empregos transitórios, por meio de ações emergenciais e compensatórias, como a construção de casas, ampliação dos níveis de cobertura dos serviços de saneamento e melhoria da infra-estrutura econômica e social, capazes de gerar benefícios duradouros;

- treinar mão-de-obra com vistas à retomada do crescimento, segundo os padrões desejados de qualidade e produtividade;
- incentivar organizações e capacitar indivíduos e grupos da comunidade para a criação de empreendimentos produtivos e autogestados;
- ampliar a cobertura e os objetivos sociais do seguro-desemprego e dinamizar as medidas para o retorno de seus beneficiários às atividades produtivas;
- assegurar o pagamento do abono salarial do programa PIS/PASEP para até sete milhões de trabalhadores de baixa renda em cada ano do biênio.

Espera-se, ao final de 1994, reduzir o desemprego para patamares abaixo de seus níveis históricos; promover o crescimento dos salários reais; e, melhorar a distribuição de renda do país.

3.3 COMBATE À SECA NO NORDESTE

Visando a combater as causas e atenuar os efeitos decorrentes das estiagens cíclicas que atingem a região Nordeste, o governo instituiu, em março de 1993, a Comissão Nacional do Programa Frentes Produtivas de Trabalho, composta por órgãos da Administração Pública Federal, por membros do Congresso Nacional e representantes dos governos estaduais e municipais, com a finalidade de coordenar as atividades a serem desenvolvidas, na área de atuação da SUDENE, para o combate aos efeitos da seca e do amparo às populações atingidas.

No mesmo período, foram garantidos recursos da ordem de Cr\$ 4,7 trilhões (US\$ 170,4 milhões) destinados às frentes produtivas de trabalho que terão como objetivo precípua desenvolver ações geradoras de benefícios permanentes para os habitantes das regiões assoladas pela estiagem.

Do montante total foram liberados Cr\$ 1,3 trilhão (US\$ 47,1 milhões) em abril/93, destinados ao pagamento de cerca de 1,2 milhão de trabalhadores.

O Programa contempla ações nas seguintes áreas:

- a) Recursos Hídricos: perfuração e recuperação de poços e cacimbões, construção e recuperação de cisternas, implúvios e tanques, barragens, adutoras e açudes;
- b) Saneamento Básico: sistemas de abastecimento d'água, esgotos condominiais, instalações sanitárias simplificadas, ligações domiciliares em sistemas com capacidade ociosa; e,
- c) Outras Ações: construção e recuperação de prédios públicos nas zonas rurais, estradas vicinais, produção de materiais de construção etc.

IV. MELHORIA DAS CONDIÇÕES SOCIAIS DA POPULAÇÃO

4.1 EDUCAÇÃO E CULTURA

Cerca de 82% das crianças de 7 a 14 anos têm acesso à escola. Embora superior à registrada em passado recente, essa cobertura ainda é insatisfatória quando confrontada com a garantia constitucional de acesso ao *ensino fundamental, obrigatório e gratuito* e com a constatação da permanência de 30 milhões de analfabetos.

Os altos índices de repetência e evasão, que atingem, respectivamente, na 1ª série, 23% e 20%, e na 5ª série, 23% e 16%, decorrem de uma cadeia perversa de fatores, entre os quais se destacam: docentes sem formação e remuneração adequada; métodos ineficazes de alfabetização; heterogeneidade dos padrões qualitativos de ensino; mau ordenamento da rede escolar e deterioração da rede física, com prédios mal conservados e mal equipados.

Princípios Orientadores

- Integralidade da Educação Básica. O ensino fundamental está intimamente relacionado com a pré-escola e completa-se com a capacitação para o trabalho e para o exercício pleno da cidadania. Dessa forma, a educação básica constitui um bloco formador indivisível, mola mestra de todo o processo educativo. Deverá, portanto, caracterizar objetivo prioritário a ser perseguido pelo Governo, em parceria com os Estados e Municípios, e com a mobilização da sociedade. Os recursos orçamentários da Educação serão canalizados preferencialmente para a solução dos problemas prevaletentes nessa faixa de ensino.
- Educação com Qualidade. O ganho da qualidade de vida através da escola pressupõe a melhoria dos insumos oferecidos, com investimentos em recursos humanos, materiais e rede física. Especificamente, a atenção será voltada para o aperfeiçoamento da formação de professores e técnicos, com remuneração condizente, revisão de programas e turnos, assistência integral ao estudante e construção, equipagem e adaptação de escolas.

Ações Prioritárias

Educação Pré Escolar

Será ampliado o atendimento, a crianças, preferencialmente na faixa etária de 5 a 6 anos, mediante a melhoria das condições de espaço físico, instalações, equipamentos e mobiliário, bem como através da formação de recursos humanos, destinando-se recursos da ordem de Cr\$ 2,2 trilhões (US\$ 79,8 milhões).

Ensino Fundamental

A qualidade da oferta de ensino fundamental será melhorada através da otimização das condições físicas e materiais das escolas, valorização e aperfeiçoamento dos professores, técnicos e administradores. Estão em pauta, também, projetos de inovação pedagógica, bem como programas alternativos para o atendimento aos alunos com características específicas. Ao Ensino Fundamental serão alocados recursos no montante de Cr\$ 37,3 trilhões (US\$ 1,35 bilhão).

Ensino Médio

Estão delineadas ações que assegurem o acesso do aluno ao ensino médio, a par de medidas voltadas para a formação, capacitação e valorização de recursos humanos. Também estão previstos incentivos a programas alternativos para a oferta de educação básica a jovens e adultos. A este programa são destinados recursos da ordem de Cr\$ 9,8 trilhões (US\$ 355,4 milhões).

Educação Tecnológica

Simultaneamente com a formação humanística, a vida moderna requer formação tecnológica voltada para a capacidade produtiva e a preparação de uma força de trabalho que possa sustentar, desenvolver e gerar tecnologia.

Os objetivos de programação envolvem o apoio ao ensino agrícola, agrotécnico e industrial, articulação com os outros sistemas de ensino, otimização da capacidade instalada, formação de docentes específicos da área e modernização da gestão. As metas deste setor estão incluídas nos quantitativos do "Ensino Médio".

Atenção Integral à Criança

Tem caracterizado a realidade brasileira um intenso movimento migratório de grandes contingentes populacionais em busca de melhores condições de vida, nos centros urbanos e metropolitanos. Nessas condições, a escola desempenha, também, funções de socialização primária e aculturação, em face da situação de famílias erradicadas de suas tradições locais.

Impõe-se, por conseguinte, desenvolver propostas pedagógicas mais amplas, que integrem ao ensino ações de saúde, alimentação, higiene, esporte, lazer e outros aspectos da vida comunitária. São destinados a este segmento recursos no montante de Cr\$ 15,4 trilhões (US\$ 558,3 milhões).

Assistência ao Estudante

A Fundação de Assistência ao Estudante - FAE, com recursos oriundos do salário-educação e geridos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, dá apoio aos alunos do ensino básico, com ênfase na pré-escola e no ensino fundamental, através dos Programas do Livro Didático e do Material Escolar, aos quais são destinados recursos no montante de Cr\$ 5,2 trilhões (US\$ 188,5 milhões). São fixadas, entre outras, as seguintes metas: distribuir 84 milhões de livros didáticos e 28 milhões de módulos de material escolar.

Apoio à Cultura

O Ministério da Cultura intensificará sua ação nos campos da preservação do patrimônio cultural, da difusão de acervos bibliográficos, documentais e arquivísticos, da capacitação e aperfeiçoamento de formuladores e executores de políticas, bem como da formação de artistas e técnicos. Estimular-se-á a criatividade e as manifestações artísticas, e serão incentivados o livro, os audiovisuais, a indústria cinematográfica, e a pesquisa cultural. Para tanto são destinados recursos da ordem de Cr\$ 3,6 trilhões (US\$ 130,5 milhões).

4.2 SAÚDE

Na organização do Sistema Único de Saúde - SUS serão buscados os meios para solucionar as imprecisões, ainda existentes, particularmente no tocante aos papéis das diferentes instâncias de Governo e criar as condições que viabilizem o efetivo cumprimento da diretriz constitucional da descentralização. Essa situação, associada à crise no financiamento do setor, tem repercutido negativamente na provisão e na qualidade dos serviços a cargo do SUS.

O quadro epidemiológico, por sua vez, caracteriza um contexto peculiar de transição: ao mesmo tempo em que crescem as taxas de morbi-mortalidade ocasionadas pelo câncer e doenças cardiovasculares, persistem doenças cuja origem está na pobreza e no subdesenvolvimento, entre os quais destacam-se as doenças de veiculação hídrica e as chamadas *grandes endemias*. A esse elenco de antigos problemas sanitários incorporam-se novos, como a AIDS e a dengue, e ressurgem outros, como o cólera.

Reforçam a gravidade desse contexto social a fome e a miséria, a precariedade das condições ambientais, sobretudo quanto ao saneamento básico, a desnutrição e as conhecidas dificuldades de acesso aos serviços de saúde e aos medicamentos essenciais.

Princípios Orientadores

A ação do Governo Federal pautar-se-á por três grandes prioridades: consolidação do Sistema Único de Saúde - SUS, fortalecimento das ações de controle de doenças e implementação de programa de assistência farmacêutica.

Para tanto promoverá a descentralização do SUS, a reorganização do modelo assistencial, a ampliação do acesso da população aos medicamentos providos pelo SUS e instituição de medidas de regulação do mercado e de garantia de qualidade dos produtos; e a reformulação do modelo de financiamento do Sistema, além do desenvolvimento científico e tecnológico.

Ações Prioritárias

Consolidação do SUS

A estratégia de consolidação do SUS exige a concentração de esforços políticos, organizacionais e financeiros tendo em vista:

- o afastamento gradual de agências federais da prestação direta de serviços de responsabilidade local ou estadual;

- a adoção de modelo de financiamento setorial, com base na equidade, no automatismo da partilha dos recursos destinados a estados e municípios e no incentivo à participação de receitas próprias dessas instâncias para custeio das ações de sua competência;

- a ampliação do controle da sociedade sobre os serviços providos direta ou indiretamente pelo Poder Público, mediante o fortalecimento dos conselhos nacional, estaduais e municipais de saúde, previstos na legislação vigente.

O processo de descentralização, desencadeado a partir de aprovação de proposta pelo Conselho Nacional de Saúde, visa a assegurar aos estados e municípios melhores condições para gestão plena do sistema nos seus respectivos âmbitos de ação.

Até o final de 1994 cerca de 1200 municípios estarão em fase de gestão semiplena, ou seja, com tetos financeiros definidos e com repasses automáticos para o custeio do conjunto das ações de Saúde.

No OGU para 1993 estão previstos Cr\$ 183,9 trilhões (US\$ 6,7 bilhões) para atender toda a assistência médica e sanitária, incluído o pagamento da assistência ambulatorial e hospitalar.

Assistência Farmacêutica

A dificuldade de acesso das camadas mais pobres aos medicamentos providos pelo mercado requer que a ação do Estado procure suprir essas carências.

Para tanto serão adotadas as seguintes medidas:

ampliação dos recursos destinados à assistência farmacêutica, inclusive com o crescimento da participação relativa desses recursos na disponibilidade geral do SUS;

modernização dos laboratórios oficiais; e,

fortalecimento do papel regulador do estado.

Para a Assistência Farmacêutica estão previstos, para 1993, no OGU, Cr\$ 20,1 trilhões (US\$ 728,9 milhões), sendo que, para o corrente exercício, serão necessários Cr\$ 30,9 trilhões (US\$ 1,1 bilhão).

Controle de Doenças

A atuação do Governo terá como objetivos básicos:

Coordenar o Programa Nacional de Imunizações-PNI, a cargo dos estados e municípios, com o objetivo de: manter rigorosa vigilância de caráter preventivo sobre a poliomielite, doença sem registro de casos novos há três anos; eliminar o sarampo e o tétano neonatal; aumentar a cobertura vacinal contra a tuberculose, difteria, tétano e coqueluche, vacinando, em todos os municípios, no mínimo, 80% da população menor de 1 ano;

prover cooperação técnica e financeira a 800 municípios na implantação de serviços de saneamento básico;

garantir o controle da qualidade do sangue e hemoderivados utilizados no país; e

coordenar o desenvolvimento das ações de controle da doença diarreica e intensificar, em conjunto com estados e municípios, as medidas de controle principalmente da AIDS, do cólera e das doenças endêmicas.

Para o corrente exercício estão previstos no OGU Cr\$ 21,9 trilhões (US\$ 794,0 milhões) para o controle de doenças transmissíveis, incluindo as ações de saneamento básico, a cargo do SUS.

4.3 HABITAÇÃO E SANEAMENTO

Os programas federais de habitação e saneamento destinam-se a reduzir o déficit habitacional junto às famílias de baixa renda, a aumentar os níveis de cobertura dos serviços de saneamento básico - notadamente abastecimento de água e esgotamento sanitário - e gerar emprego e renda.

As ações previstas terão impacto positivo sobre a saúde e a qualidade de vida da população e contribuirão para a redução do desemprego, além de produzirem melhorias no meio ambiente resultantes do encaminhamento adequado das questões sanitárias.

Estima-se o déficit habitacional brasileiro em 10 milhões de moradias, e o crescimento da demanda por novos domicílios em de 750.000 novas unidades por ano.

Princípios Orientadores

Com o objetivo de otimizar a utilização dos recursos alocados, no atendimento à população pobre, serão envidados todos os esforços para que a execução dos programas obedeça, rigorosamente, aos seguintes princípios:

- integração programática e operativa das áreas de habitação, saneamento e promoção humana, assegurando a apropriação das economias de escala e dos ganhos de eficiência resultantes da complementaridade de atuação das três áreas;

- descentralização das ações para os Estados e Municípios; e

- participação da comunidade local em todas as fases do desenvolvimento de cada projeto.

Ações Prioritárias

Moradias para a População de Baixa Renda

Para reduzir os déficits atuais, o Governo Federal atuará, no biênio 1993-1994, essencialmente por intermédio dos programas *MORAR - MUNICÍPIO* e *HABITAR - BRASIL*.

O Programa Morar-Município consiste de ações integradas nas áreas de habitação, saneamento básico e promoção humana, objetivando atender a demanda habitacional dos municípios com até 50 mil habitantes, privilegiando-se a criação de novas oportunidades de emprego e a capacitação profissional adequada aos mercados de trabalho local e regional. As ações abrangidas por este programa compreendem a produção de moradias, lotes urbanizados, melhorias habitacionais, promoção humana e apoio ao uso de novas tecnologias habitacionais.

O segundo programa destina-se aos municípios com população superior a 50 mil habitantes; além das linhas de ação previstas no primeiro, contempla, também, ações voltadas para urbanização de favelas.

Os dois programas atenderão, no biênio, dois milhões de famílias.

A União participará com 70% dos investimentos totais, cerca de Cr\$ 79,6 trilhões (US\$ 2,9 bilhões), enquanto os governos estaduais e

municipais que aderirem ao Programa contribuirão com a parcela restante, de aproximadamente Cr\$ 34,1 trilhões (US\$ 1,2 bilhão). Os recursos da União advirão do OGU, incluindo 20% da arrecadação do IPMF (Imposto Provisório Sobre Movimentação Financeira).

Saneamento Básico

Serviços adequados de saneamento, além de contribuírem decisivamente para impedir a degradação ambiental, representam o principal instrumento de controle das diarreias infecciosas, - uma das mais importantes causas de mortalidade em crianças - do cólera e de outras doenças de veiculação hídrica, problemas que incidem mais fortemente sobre a população pobre, concentrada nas periferias urbanas e no meio rural.

Buscar-se-á, no atual Governo, aumentar o acesso desses grupos populacionais aos serviços de saneamento mediante:

- integração das ações com os setores afins, em especial com o Sistema Único de Saúde-SUS;

- descentralização dos programas, conferindo aos recursos federais caráter catalisador e complementar aos investimentos das demais esferas de governo;

- adoção de tecnologias de baixo custo; e,

- reordenamento institucional do setor, com a participação dos seus diferentes agentes e da comunidade beneficiária.

Os recursos federais alocados para a consecução desses objetivos são oriundos do Orçamento Geral da União, de empréstimos externos e de contrapartidas estaduais e municipais. Esses recursos financiarão, principalmente, os programas Saneamento Rural, Drenagem Urbana, Água para Todos - com ênfase para as regiões afetadas pelo cólera, Esgotamento Sanitário, Resíduos Sólidos, Programa de Ação Social em Saneamento-PROSEGE, co-financiado pelo BID, Programa da Qualidade das Águas e Controle da Poluição Hídrica em Áreas Urbanas, co-financiado pelo BIRD, Programa de Modernização do Setor de Saneamento, co-financiado pelo Banco Mundial e Desenvolvimento Técnico-Institucional.

A esses programas se integram as ações desenvolvidas, no âmbito do SUS, sob coordenação da Fundação Nacional de Saúde.

Esse conjunto de ações beneficiará, no biênio 1993/1994, cerca de 12 milhões de famílias, correspondendo a uma aplicação de Cr\$ 154,1 trilhões (US\$ 5,6 bilhões).

4.4 PROTEÇÃO ESPECIAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

A Constituição de 88 e o Estatuto da Criança e do Adolescente marcam a incorporação definitiva da criança na agenda política nacional. Coerentemente, o Brasil, com outros 71 estados-membro da ONU, comprometeu-se, na cúpula mundial de Nova Iorque, com a implementação de políticas e ações concretas de proteção a esse segmento de alta vulnerabilidade.

As medidas prioritárias para a promoção da saúde e da educação integram os capítulos setoriais específicos deste documento. Mas a proteção especial devida às crianças e jovens que vivem em situação particularmente difícil, merece, por força de sua importância e peculiaridades, tratamento específico.

Nesse campo se inserem todas as ações destinadas a reverter o presente quadro de violência contra crianças e adolescentes que se encontram ameaçados quanto ao direito à vida, à liberdade e à dignidade.

O quadro de violência, ora vivenciado, tem inúmeras manifestações objetivas: cerca de 13% a 26% dos escolares de capitais brasileiras são usuários ou já tiveram experiência com drogas; a violência fica evidenciada no crescimento acelerado da mortalidade por causas externas em adolescentes que passou de 54% em 1980 para 66% em 1987.

Não menos violenta, ainda que sob outra forma, é a discriminação do jovem no mercado de trabalho, do qual participam 30% da população de 10 a 17 anos. Desse contingente, apenas 25% têm carteira assinada.

Princípios Orientadores

Os mecanismos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente - Conselhos de Direitos, para definição de prioridades e programas e Conselhos Tutelares para o gerenciamento comunitário dos casos problemáticos - constituem os instrumentos básicos para implementar soluções adequadas a cada contexto.

A efetivação de políticas que persigam esse objetivo pautar-se-á pelos seguintes princípios:

Descentralização. Os Estados, sobretudo na questão da justiça, e os Municípios, no que diz respeito às ações de proteção social, têm papel de crescente importância na proteção da criança e do adolescente. A tendência, amparada em dispositivos constitucionais explícitos, é afastar o governo federal de ações executivas de natureza local ou regional, para concentrá-lo em responsabilidades de alcance nacional. Esse papel inclui sua participação no financiamento, de modo a assegurar equidade na partilha dos recursos e a coordenação das políticas.

Flexibilidade. O processo de descentralização não impede propostas uniformes quanto aos objetivos, mas exige modalidades diversificadas de execução quando as peculiaridades locais assim indicarem;

Integração e continuidade. Entre os maiores desafios à eficácia das políticas públicas está o de criar condições para que as ações e programas sejam desenvolvidos de forma articulada, não só entre agências de um mesmo nível de governo mas, igualmente, entre as diferentes instâncias do Poder Público e, entre estas e as instituições privadas. Ademais, as ações de proteção especial à criança, seja pela sua natureza, seja pela magnitude do problema, não são isoladas nem se esgotam no tempo.

Ações Prioritárias

O Governo dirigirá seus esforços para a execução das seguintes ações prioritárias:

- apoio ao funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente-CONANDA;

- apoio à instalação de Conselhos Tutelares;

- implementação do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente;

- apoio à instalação de varas privativas e especializadas de justiça da infância e da adolescência pelo menos nas municipalidades com mais de 300 mil habitantes;

- implementação de sistema nacional de monitoramento da violência contra crianças e jovens;

- eliminação da impunidade em crimes contra a criança e o adolescente;

- erradicação do trabalho de crianças de até 12 anos e revisão da legislação sobre o trabalho do menor.

4.5 PROTEÇÃO SOCIAL DO TRABALHADOR

Impõe-se ao Governo redobrar os seus esforços na proteção ao trabalhador, ao longo de suas linhas principais de ação, estimulando a participação dos diferentes atores sociais na definição e implementação das políticas de desenvolvimento econômico e social e, criando condições para a revisão e o aperfeiçoamento do Sistema de Relações de Trabalho.

Princípios Orientadores

O Governo Federal, de forma integrada com Estados, Municípios e organizações de trabalhadores e empregadores, executará programas de valorização do trabalhador e de modernização e descentralização da gestão da Previdência Social, segundo os seguintes princípios:

inserção das questões relacionadas a emprego e salário no conjunto das variáveis macroeconômicas dos planos e programas de estabilização e de desenvolvimento;

incentivo ao equacionamento das questões trabalhistas diretamente entre trabalhadores e empregadores; e

atendimento condigno aos trabalhadores e aos segurados da Previdência Social.

Ações Prioritárias

As ações prioritárias serão desenvolvidas através dos seguintes objetivos:

aperfeiçoar a capacidade de fiscalização do Estado sobre as condições de trabalho;

instituir o Sistema Nacional de Contratação Coletiva e promovê-lo junto aos principais setores da economia;

revisar e reciclar as ações de investimentos de médio e longo prazo, em programas de desenvolvimento econômico geradores de emprego e renda, em particular quando financiados pelos fundos sociais vinculados aos trabalhadores;

aperfeiçoar o seguro-desemprego, integrando-o numa concepção mais ampla de política de amparo ao trabalhador na contingência do desemprego involuntário;

aperfeiçoar as políticas de reajuste dos salários, de forma a proteger o poder de compra dos trabalhadores e aumentar a participação dos salários na renda nacional;

estruturar o cadastro nacional de informações sociais e aprimorar o sistema de concessão e manutenção de benefícios, alcançando 16 milhões de aposentados, pensionistas e outros beneficiários previdenciários rurais e urbanos em 1994.

V. APOIO À RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO

5.1 DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E REFORMA AGRÁRIA

Nos últimos doze anos, o produto real da agricultura brasileira cresceu cerca de 2,3% ao ano, taxa inferior à média histórica anual verificada no pós-guerra, embora superior à registrada pela economia, no mesmo período.

Esse crescimento veio acompanhado de transformações no setor, a exemplo do aumento da produtividade, da redução da dependência em relação a recursos oficiais e da maior participação de agentes privados na comercialização das safras.

Apesar desse comportamento relativamente favorável, a agricultura ainda apresenta problemas, destacando-se a presença de segmentos tradicionais e de baixa renda que, se contassem com tecnologias e recursos adequados e com canais de comercialização apropriados, concorreriam para elevar os níveis de renda e emprego no setor e para diminuir o êxodo rural e a persistência de grandes bolsões de pobreza, particularmente no Nordeste.

Além de disparidades tecnológicas e econômicas, observa-se ainda elevado grau de perdas nas fases de colheita, transporte, armazenagem e distribuição das safras e insuficiente adoção de práticas conservacionistas que, se utilizadas em maior escala, confeririam maior sustentabilidade ao processo de desenvolvimento rural.

Princípios Orientadores

O princípio orientador básico das ações do Governo, na área da agricultura e reforma agrária, é a ampliação do ritmo de crescimento do setor agrícola, estimulando maior eficiência, competitividade, liberdade de mercado e integração nos fluxos internacionais de comércio.

O atendimento desse princípio requer o fortalecimento das ações governamentais nas áreas de pesquisa, extensão rural, defesa sanitária e cooperativismo, bem como o aperfeiçoamento das políticas de preços mínimos, crédito e seguro rural. Adicionalmente, depende da promoção de melhorias na infra-estrutura de transporte e armazenagem - visando reduzir perdas e custos - e de mecanismos de financiamento e comercialização menos dependentes de recursos oficiais.

Com o acréscimo de produção esperado e seus efeitos multiplicadores sobre a renda e o emprego da economia, busca-se contribuir para o combate à fome, ao desemprego e à pobreza, manter abastecido o mercado interno e ampliar os excedentes exportáveis.

A maior integração dos segmentos tradicionais e de baixa renda nos mercados de produtos e de fatores é outro princípio orientador que busca atenuar as disparidades tecnológicas e econômicas observadas entre regiões, segmentos produtivos e grupos de agricultores e reduzir a pobreza no meio rural.

Dentro dessa mesma linha, promover-se-á a justiça social e a paz no campo, bem como a incorporação de novas famílias ao processo produtivo, através do assentamento de trabalhadores rurais, da regularização fundiária e de outras ações no campo da reforma agrária.

Por fim, almeja-se a promoção do desenvolvimento sustentável do setor, apoiada na difusão e estímulo ao emprego de tecnologias que harmonizem o crescimento agrícola e a conservação dos recursos naturais.

Ações Prioritárias

Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural

Promover a geração e adaptação de tecnologias que aumentem a eficiência, a competitividade e a melhoria da qualidade da produção agropecuária e que se direcionem também para as práticas conservacionistas.

Para o ano de 1993, estarão sendo desenvolvidos 3,2 mil projetos de pesquisa, utilizando recursos no valor de Cr\$ 2,3 trilhões (US\$ 85,0 milhões).

Na área da extensão rural, promover-se-á a transferência de tecnologias agropecuárias e gerenciais, visando o aumento da produtividade e da renda com a conseqüente melhoria da qualidade de vida da população rural. No ano de 1993, serão assistidos 1,7 milhão de produtores rurais, com um custo de Cr\$ 2,0 trilhões (US\$ 72,2 milhões).

Defesa Sanitária

Garantir, aos consumidores, a qualidade dos produtos de origem vegetal e animal pela ampliação dos controles sanitários da produção agropecuária. Propõe-se, também, manter sob controle as zoonoses endêmicas que afetam os rebanhos e promover o combate a surtos de pragas e doenças que afetam as lavouras. No ano de 1993 serão aplicados Cr\$ 1,3 trilhão (US\$ 47,1 milhões) na defesa sanitária animal e Cr\$ 54,7 bilhões (US\$ 2 milhões) na defesa sanitária vegetal.

Cooperativismo Rural

Incentivar o desenvolvimento do cooperativismo e do associativismo, através da assistência técnica, fomento e preparação para a auto-gestão.

Em 1993 receberão treinamento básico gerencial 4.500 técnicos, estando previstos recursos de Cr\$ 296,4 bilhões (US\$ 10,7 milhões).

Formação de Estoques Reguladores

Garantir preços mínimos aos produtores rurais e assegurar o abastecimento de produtos agropecuários, através de Aquisições do Governo Federal (AGF) e de Empréstimos do Governo Federal (EGF).

No ano de 1993 estão previstos recursos para EGF no valor de Cr\$ 19,6 trilhões (US\$ 711,3 milhões). Para AGF e estoques estratégicos, os recursos previstos são de Cr\$ 26,8 trilhões (US\$ 970,4 milhões).

Crédito Rural

Financiar o custeio agropecuário, prioritariamente a mini e pequenos produtores e suas cooperativas, bem como os investimentos para aquisição de equipamentos, construção de silos, irrigação e incorporação de novas áreas.

Em 1993, os recursos previstos para custeio e investimento agropecuários são de Cr\$ 29,5 trilhões (US\$ 1.069,1 milhões) e Cr\$ 14,3 trilhões (US\$ 520,2 milhões), respectivamente,

Seguro Rural

O Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) tem por objetivo desonerar o mutuário de crédito rural do compromisso de liquidar o financiamento de custeio, na proporção em que for atingido por adversidades bioclimáticas tais como ataque de pragas e doenças em suas lavouras, estiagens prolongadas, geadas e assim por diante.

A partir de 1992, o PROAGRO passou a ser administrado pelo Banco Central - BACEN que, atualmente, tem sob sua responsabilidade o recolhimento dos prêmios e o pagamento dos sinistros. Assim, o PROAGRO saiu da esfera do Orçamento Geral da União.

Entretanto, como há dívidas do Tesouro para com os bancos operadores em crédito rural, ainda pendentes da fase anterior do PROAGRO, foram consignados Cr\$ 116,6 bilhões (US\$ 4,2 milhões), na rubrica Encargos Financeiros da União, para liquidação parcial dos referidos débitos. O acerto final das dívidas será feito ao longo do exercício de 1993.

Comercialização de Alimentos Básicos

Ampliar a oferta de produtos básicos a populações de baixa renda, por intermédio do Programa de Abastecimento nos Bolsões de Pobreza - Rede SOMAR, sob responsabilidade da CONAB.

Reforma Agrária

Promover o assentamento de famílias de trabalhadores rurais, a regularização fundiária, a consolidação e emancipação dos projetos e outras ações no campo da reforma agrária de modo a promover a justiça social e a paz no campo, reduzir o êxodo e a pobreza rural e ampliar as possibilidades de criação de renda e emprego.

No ano de 1993, serão tituladas mais de 33 mil propriedades rurais a um custo de Cr\$ 438,3 bilhões (US\$ 15,9 milhões), desapropriados e adquiridos 9,2 milhões de hectares com recursos da ordem de Cr\$ 53,9 trilhões (US\$ 1,9 bilhão), e assentadas cerca de 20,6 mil famílias, o que exigirá a aplicação de Cr\$ 5,1 trilhões (US\$ 186,0 milhões).

5.2 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E DO COMÉRCIO EXTERIOR

Ao lado de medidas voltadas para aumentar a competição no mercado doméstico e estimular a eficiência empresarial e a redução dos preços, o Governo apoiará os esforços do setor privado para a reestruturação e modernização da indústria.

Espera-se, com isso, superar a letargia do passado recente, lançando as bases para a utilização da capacidade ociosa ora observada e para a construção progressiva de um parque produtivo mais dinâmico e homogêneo, com condições de absorver e desenvolver novas tecnologias e produzir segundo padrões internacionais de eficiência e qualidade.

Dessa forma, será possível colocar parcelas crescentes da produção tanto no mercado interno como no mercado externo, abrindo novas oportunidades de emprego e elevando os níveis de salário no setor industrial, garantindo assim as condições básicas para a sustentação do crescimento econômico.

É fundamental, para tanto, superar as restrições que têm afetado o crescimento e a reestruturação do setor, e que retardam a implementação de medidas estruturais nos âmbitos regulatório e de modernização da infra-estrutura.

Deverão ser também consolidadas as *políticas de competição*, com destaque para a liberalização do comércio externo e para a defesa da concorrência, incluindo a adoção de medidas que tornem mais transparentes as relações de mercado e fortaleçam os instrumentos legais que permitem coibir abusos do poder econômico e defender os direitos do consumidor.

Paralelamente a essas iniciativas de natureza estrutural, o Governo Federal aperfeiçoará e fortalecerá instrumentos específicos de apoio, nas áreas de financiamento à modernização industrial, de promoção e financiamento das exportações e de mobilização para a qualidade e produtividade.

Esses instrumentos serão operados tendo por base a reorientação da política industrial em direção a uma ação mais seletiva, que contribua para o desenvolvimento de segmentos industriais dinâmicos - vinculados a utilização de novas tecnologias, como as de base microeletrônica e as derivadas do uso de novos materiais e da biotecnologia - e para a preservação e consolidação de vantagens competitivas do País em setores como os de produção de insumos industriais básicos e bens de consumo - produtos têxteis, alimentos industrializados, componentes mecânicos e elétricos, veículos etc .

A transição para um processo sustentado de modernização e retomada do crescimento envolve grandes desafios e exige que as iniciativas desenvolvidas contemplem também a sustentação dos níveis de emprego e renda na economia. Nesse sentido, a política industrial deverá priorizar, no curto prazo, a estruturação de ações dirigidas para fortalecer segmentos dotados de elevada capacidade de alavancagem de emprego e renda ou produção de

bens essenciais, como a agroindústria, o complexo automobilístico e as indústrias de construção civil e naval.

É necessário, além disso, reconhecer que as exportações têm tido um papel importante na dinamização do nível de atividade interna, compensando, em parte, os efeitos da conjuntura recessiva. Dessa forma, é essencial manter o estímulo à atividade exportadora.

A formulação e execução das ações de caráter estrutural e conjuntural será feita em articulação com as esferas subnacionais de governo e com a participação da classe empresarial e dos trabalhadores, utilizando-se para tanto das instâncias de articulação e assessoramento já existentes.

Princípios Orientadores

A política industrial e de comércio exterior será orientada em função dos seguintes princípios:

- Articulação, nas três esferas de governo, de ações voltadas para o desenvolvimento industrial, viabilizando a execução de estudos e estratégias setoriais de competitividade;
- Promoção de acordos setoriais, objetivando articular os interesses privados (capital e trabalho) e do Governo no sentido de elevar os níveis de produção e emprego, ampliar os investimentos e incrementar a competitividade do setor industrial;
- Apoio financeiro a projetos de reestruturação industrial, incluindo os investimentos para reequipamento, desenvolvimento tecnológico e reorganização industrial;
- Fortalecimento dos mecanismos de financiamento de longo prazo às exportações industriais, em bases competitivas com as vigentes no mercado internacional, além do aprofundamento do processo de agilização e promoção da atividade exportadora;
- Intensificação das ações de difusão de métodos de gestão e organização da produção e de conscientização para a qualidade e a produtividade, com ênfase para o segmento de empresas de menor porte;
- Articulação entre os processos de privatização e de reestruturação produtiva da indústria, objetivando dinamizar o mercado e a capacitação tecnológica dos segmentos transferidos à iniciativa privada, com destaque para o setor siderúrgico e petroquímico;
- Adequação das políticas para a Zona Franca de Manaus, com vistas a permitir competitividade e auto-sustentação à indústria local e garantir que aquele parque industrial contribua efetivamente para o dinamismo da indústria brasileira como um todo;

- Aprimoramento e consolidação dos mecanismos para a defesa da concorrência e contenção dos abusos do poder econômico;
- Continuidade do processo de abertura comercial, sem prejuízo da utilização, de forma compatível com as regras do GATT, de mecanismos de solução de controvérsias e de salvaguardas, para evitar práticas desleais de comércio;
- Consolidação do Tratado de Assunção, com vistas à efetivação do MERCOSUL a partir de janeiro de 1995.

Ações Prioritárias

No período 1993-94, serão intensificadas as seguintes ações prioritárias:

Acordos Setoriais

Intensificação do trabalho das Câmaras Setoriais no equacionamento dos aspectos relacionados com a competitividade dos setores industriais e com os requerimentos para a retomada dos investimentos e para a geração de novas oportunidades de emprego.

Destaca-se, pela sua importância, o Acordo Setorial Automotivo, de fevereiro de 1993, com os objetivos de : aumentar os níveis de produção e emprego no setor; manter e/ou melhorar os padrões salariais; melhorar a qualidade dos produtos; ampliar os investimentos em toda a cadeia produtiva do complexo automobilístico; e manter a arrecadação de impostos diretos e aumentar a arrecadação indireta.

Com o intuito de recuperar setores que possuem grande potencial gerador de emprego e renda, será priorizada a efetivação de acordos no âmbito da construção civil, agroindústria e construção naval.

A reativação da indústria da construção civil é de fundamental importância tendo em conta seu impacto na redução do desemprego nas grandes metrópoles. O setor é responsável por cerca de 6% do PIB e 55% da formação bruta de capital fixo, sendo intensivo em mão de obra em praticamente toda a sua cadeia produtiva.

O apoio à agroindústria será considerado prioritário. Pelas suas características, essas atividades podem contribuir de forma importante para a dinamização do mercado interno e das exportações, com impactos expressivos em termos de geração de emprego e renda, redução do preço de bens de consumo essenciais e formação de novos pólos regionais de desenvolvimento.

Entre as medidas em discussão na Câmara Setorial da Agroindústria, destacam-se, entre outras: a redução da carga fiscal que incide sobre a

produção de alimentos básicos, prioritariamente o ICMS; a garantia de recursos de financiamento para investimento, pré-custeio e comercialização da produção, com a efetivação de políticas de juros compatíveis com as peculiaridades do setor; e o apoio à pesquisa e à melhoria da qualidade e produtividade.

Será buscada a reativação da indústria de construção naval, que vem atualmente utilizando apenas 30% de sua capacidade instalada. Com a recuperação do nível de atividade dos estaleiros será possível gerar mais de 27 mil empregos diretos e aproximadamente 110 mil indiretos. As medidas em estudo para fomento da atividade envolvem, sobretudo, o aperfeiçoamento dos mecanismos para financiamento da construção de embarcações, viabilizando a modernização da frota nacional e o aumento das exportações. O governo aportará recursos da ordem de Cr\$ 22,0 trilhões (US\$ 800 milhões) - derivados do Fundo da Marinha Mercante e do Fundo de Amparo ao Trabalhador - para financiamento do setor, no período 1993-94.

Reestruturação Industrial

Serão fortalecidos os instrumentos de apoio financeiro à reestruturação produtiva da economia, operados pelo Sistema BNDES, contemplando, na área industrial, os programas de apoio à indústria, à tecnologia e à reestruturação industrial.

O Programa Geral de Apoio à Indústria objetiva atender aos empreendimentos de implantação e de expansão da capacidade instalada de empresas potencialmente competitivas do setor industrial, mediante financiamento para investimentos fixos e capital de giro associado. O Programa de Tecnologia é dirigido para o financiamento dos gastos com capacitação tecnológica das empresas e para o desenvolvimento de produtos e processos, incluindo subprogramas de capacitação tecnológica; de qualidade e produtividade; e de capitalização de empresas de base tecnológica.

Por seu turno, o Programa de Reestruturação Industrial objetiva atender aos empreendimentos que visem à adequação da estrutura industrial do País. Esse programa financia os gastos associados à realização de operações de fusão, incorporação ou aquisição de empresas, incluindo a compra de ações ou quotas de empresas, ou a aquisição de ativos fixos.

Os empreendimentos financiados deverão garantir o aumento da competitividade nos segmentos industriais envolvidos, a partir de ganhos de escala, desverticalização da *indústria de manufatura* ou integração vertical da *indústria de processo*.

A previsão de desembolsos do Sistema BNDES, para o período 1993-94, é de cerca de Cr\$ 248,0 trilhões (US\$ 9,0 bilhões), sendo Cr\$ 124 trilhões (US\$ 4,5 bilhões) para o setor industrial. Os recursos dirigidos ao financiamento da produção e comercialização de máquinas e equipamentos, através do FINAME, estão estimados em mais de Cr\$ 83,0 trilhões (US\$ 3 bilhões).

Produtividade e Competitividade

Será aperfeiçoado o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade (PBQP), um dos eixos fundamentais da ação de Governo para apoiar o esforço de modernização produtiva, preservando-se suas características e objetivos básicos.

O Programa envolve iniciativas nas áreas de: a) conscientização e motivação para qualidade e produtividade; b) desenvolvimento e difusão de métodos de gestão; c) capacitação de recursos humanos; d) adequação dos serviços tecnológicos para qualidade e produtividade; e e) articulação institucional.

As principais prioridades para o seu aperfeiçoamento envolvem a incorporação mais efetiva de representantes dos trabalhadores na condução do Programa, a intensificação do engajamento das empresas de menor porte através, principalmente, da ação do SEBRAE, e a incorporação da visão dos consumidores, através da participação de suas entidades representativas no Programa.

Ao longo do período 1993-94, será intensificada a atuação na área dos complexos industriais e fortalecidas as linhas de apoio ao PBQP nas diversas agências federais de fomento (BNDES, FINEP e CNPq). Contudo, a maior parte dos recursos aplicados continuará vindo da iniciativa privada, cabendo ao Governo Federal o papel de organizador das ações do Programa.

Caberá também ao setor público atuar como catalizador e indutor dos agentes econômicos para desenvolverem ações relacionadas com a qualidade e produtividade no âmbito da Certificação e Normalização Técnica. Serão fomentadas e racionalizadas as atividades de normalização técnica executadas no País, objetivando-se a descentralização das atividades exercidas pelo INMETRO. Procurar-se-á ampliar e consolidar a infra-estrutura desses serviços, compatibilizando-a com os padrões internacionais.

Cabe ainda destacar que o Governo Federal vem realizando, através do Ministério da Ciência e Tecnologia, em estreita colaboração com o Ministério da Indústria, Comércio e do Turismo, um estudo sobre a competitividade da indústria brasileira, que deverá estar concluído

ainda em 1993. Com ativa participação de representantes dos segmentos interessados, o estudo tem por objetivo uma profunda avaliação das condições de competitividade da indústria, com vistas a subsidiar a reorientação da política industrial.

Abertura Comercial

O processo de abertura da economia brasileira, ao romper com o esquema de proteção aos empreendimentos produtivos até então vigente, assume um papel fundamental na promoção de mudanças no ambiente competitivo do País.

Entre as medidas implantadas, destacam-se: a eliminação de todas as restrições não tarifárias; a simplificação dos controles administrativos; a extinção da reserva de mercado para a informática; e a adoção de um cronograma de reduções tarifárias. As atuais tarifas de importação - média de 16,8% e máxima de 40% - deverão cair para 14,2% (média) e 35% (máxima) em junho de 1993.

Fomento às Exportações

Pretende-se elevar os patamares de exportação do País para US\$ 40 bilhões em 1993 e US\$ 47 bilhões para 1994, gerando um fluxo total de comércio exterior próximo à US\$ 80 bilhões nesse último ano. Estima-se que, com esse incremento de exportações, será possível gerar 130 mil empregos diretos nesse período.

Para tanto, o Governo continuará aperfeiçoando o Programa de Financiamento às Exportações (PROEX). Serão particularmente fortalecidas as operações de equalização de taxas de juros, que têm viabilizado uma expressiva alavancagem das exportações de bens e serviços.

As mudanças introduzidas no Programa contemplam: a implantação da sistemática de garantia do pagamento das equalizações das taxas de juros mediante a emissão de títulos públicos federais; a definição dos prazos de financiamento em função do valor da operação e não do produto financiado; e a alteração das taxas de juros que passam a ser regidas pela LIBOR. Procurar-se-á, também, ampliar progressivamente a lista dos produtos financiáveis pelo PROEX.

Estão programados para 1993 recursos da ordem de Cr\$ 36,0 trilhões (US\$ 1,3 bilhão), distribuídos entre as linhas de financiamento (US\$ 620 milhões) e equalização das taxas de juros (US\$ 680 milhões), que permitirão financiar cerca de US\$ 6,5 bilhões de exportações de bens e US\$ 630 milhões de exportações de serviços. Para 1994, pretende-se aumentar o volume de recursos disponíveis, caso seja detectada a sua necessidade.

O Governo envidará ainda esforços para a implementação do seguro de crédito à exportação, e continuará a buscar maior agilidade nos processos burocráticos envolvidos na atividade de comércio exterior.

A implantação, no início de 1993, de um Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX), para a interligação das atividades dos principais órgãos federais que atuam na área de comércio exterior, foi um importante passo nesse sentido.

O SISCOMEX deverá ser aperfeiçoado e ampliado, para incluir as importações, estendendo os seus benefícios para todos os segmentos do comércio exterior.

A adoção de medidas para desburocratizar o sistema de despacho na área de transportes também é necessária para agilizar ainda mais a atividade de comércio exterior.

Os procedimentos adotados nos regimes aduaneiros especiais ("draw-back", entrepostos aduaneiros, etc.) também serão simplificados para facilitar o esquema de exportação.

Além dessas medidas, a consolidação em curso da legislação de comércio exterior, mediante a elaboração da Lei Única de Comércio Exterior, converge para o objetivo de simplificação das operações na área.

Serão também ultimadas as medidas e providências de responsabilidade do Governo Federal para viabilização das Zonas de Processamento de Exportações (ZPEs), cuja implementação está a cargo dos Governos Estaduais e do setor privado.

5.3 RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA

O Governo dará prioridade à recuperação e modernização da rede de transportes e à expansão da oferta de energia elétrica e da rede de telecomunicações, de modo a superar as restrições ao crescimento da economia e melhorar as condições de competitividade. O fortalecimento da infra-estrutura econômica terá, também, pelo volume e modalidade dos investimentos envolvidos, impacto positivo na geração de emprego e renda, e na atenuação dos desníveis inter-regionais existentes no País.

O montante de recursos exigido e a situação ainda crítica das finanças públicas recomendam uma participação mais expressiva das esferas subnacionais de Governo e da iniciativa privada, para dotar o processo de recuperação da infra-estrutura da dimensão e velocidade requeridas pela sociedade.

As ações do Governo estarão também orientadas para restaurar a capacidade de investimento das empresas públicas que atuam no setor e para modernizar e aperfeiçoar a gestão dessas empresas objetivando alcançar condições mais favoráveis de preço e

qualidade no abastecimento interno e maior eficiência na execução de seus programas de investimento.

5.3.1 TRANSPORTES

Na área dos transportes, o volume dos investimentos reduziu-se drasticamente na década de 80 e foi precária a manutenção da infra-estrutura e sistemas existentes. Como resultado, malhas e sistemas degradaram-se, gerando, atualmente, a necessidade de obras de reconstrução de grande envergadura.

Cerca de 30% da malha rodoviária federal encontra-se entre mau e péssimo estado de conservação, e 35% da malha da Rede Ferroviária Federal está em situação precária, com mais de 1/3 de suas locomotivas paralisadas. Além disso, o sistema portuário brasileiro apresenta-se em condições físicas e operacionais deficientes, comprometendo a competitividade das exportações brasileiras.

O Governo procurará reverter esse quadro, dando prioridade aos investimentos na recuperação do patrimônio existente.

Princípios Orientadores

A ação do Governo na área de transportes será orientada pelos seguintes princípios:

- Dimensionamento dos investimentos orientados para os corredores de transporte, com destaque para o tratamento multimodal, objetivando o desempenho racional de suas funções básicas no tocante à integração nacional, abastecimento interno e comércio exterior;
- Racionalização das intervenções objetivando uma ação coordenada nas malhas viárias federal, estadual e municipal;
- Descentralização da gestão e operação de parte da infra-estrutura e dos serviços de transportes para governos estaduais e municipais, intensificando, inclusive, a participação da iniciativa privada, através da concessão de serviços;
- Ampliação da base de captação e regularização dos fluxos de recursos para o Setor;
- Recuperação e modernização de malhas, sistemas e serviços de transporte já implantados, com prioridade para a restauração da malha rodoviária;
- Recuperação, reaparelhamento e atualização do sistema ferroviário federal, com modernização da malha ferroviária estrutural;
- Regulamentação do instituto da normalização contábil da Rede Ferroviária Federal, pelo qual o Governo efetua transferências

correntes destinadas à cobertura de serviços deficitários mantidos por decisão governamental.

- Prosseguimento da reestruturação do sistema portuário nacional, baseada na desregulamentação, descentralização e na autonomia financeira;
- Reabilitação, com participação dos Estados e Municípios, dos sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros, no âmbito das ações de transferência progressiva desses sistemas para os governos locais;
- Modernização da legislação, introduzindo ou consolidando transformações relativas à modernização dos portos, à concessão de serviços públicos, à operação do transporte multimodal e à reforma institucional do Setor.

Ações Prioritárias

No período 1993-94, a necessidade de investimentos para a recuperação estrutural das malhas e sistemas de transporte, além da execução de projetos estratégicos para sua ampliação, está estimada em Cr\$ 149,0 trilhões (US\$ 5,4 bilhões), distribuídos pelos 12 principais corredores multimodais de transporte do País.

As maiores necessidades estão concentradas no sistema rodoviário, responsável por 63% dos investimentos, sendo que mais de 2/3 desse total podem ser enquadrados como projetos de prioridade máxima, relacionados, principalmente, com a restauração das malhas rodoviárias dos diversos corredores. Os sistemas ferroviário, portuário e hidroviário, respondem, respectivamente, por 18%, 15% e 3,7% dos investimentos estimados.

As ações prioritárias são as seguintes:

Restauração da Malha Rodoviária

No período 1993-94, objetiva-se restaurar pelo menos 10 mil km de rodovias, cobrindo 20% da malha rodoviária federal pavimentada. Procurar-se-a também eliminar aproximadamente 1 mil pontos críticos nas estradas, com vistas a reduzir o grande número de acidentes nas rodovias brasileiras.

Será dada continuidade à execução do chamado Programa de Rodovias Federais (BIRD VIII), que envolve recursos totais da ordem de Cr\$ 19,6 trilhões (US\$ 713 milhões, sendo US\$ 310 milhões de BIRD), dos quais menos de 20% já foram aplicados. Esses recursos serão direcionados, na sua maior parte, para a restauração de rodovias, eliminação de pontos críticos, restabelecimento de sinalização horizontal e recuperação emergencial.

Com o intuito de viabilizar recursos adicionais para financiamento das obras de reconstrução do sistema rodoviário nacional, estão sendo

preparados novos projetos (BIRD IX e BID/Rodovias Federais I), com valor estimado de Cr\$ 49,6 trilhões (US\$ 1,8 bilhão).

Um dos significativos programas em andamento, que possibilitará a ampliação da capacidade de conservação e restauração da malha rodoviária nacional, é a concessão de serviços para a iniciativa privada, iniciando-se o processo pela concessão da exploração da Ponte Rio-Niterói.

Duplicação de Trechos Rodoviários Saturados

O programa de investimentos no setor rodoviário inclui um conjunto de obras voltadas para a duplicação de trechos saturados, caracterizados, atualmente, pela grande incidência de congestionamentos e elevado número de acidentes.

O principal projeto é o de duplicação da rodovia Fernão Dias, cuja primeira etapa compreenderá 53 Km no Estado de São Paulo e 217 Km de extensão do Estado de Minas Gerais, totalizando 270 Km de extensão total. O projeto, a ser executado em parceria com os dois Estados, está em negociação com o BID, devendo representar investimentos da ordem de Cr\$ 14,9 trilhões (US\$ 540 milhões, com uma contrapartida nacional de US\$ 270 milhões, sendo 50% de responsabilidade do Governo Federal). Encontra-se ainda em estudo a segunda etapa do projeto, que complementar a duplicação da rodovia, devendo representar investimentos da ordem de US\$ 225 milhões.

Estão também em fase de preparação outros projetos importantes como os de melhoria e duplicação de trechos das rodovias que ligam Curitiba a Florianópolis e São Paulo a Curitiba. Esses projetos, para os quais pretende-se obter financiamento do BID, facilitarão a interligação rodoviária dos países do MERCOSUL. Os investimentos totais serão da ordem de Cr\$ 27 trilhões (US\$ 1 bilhão).

Recuperação e Consolidação dos Sistemas Ferroviários Urbanos

Serão desenvolvidos projetos de reabilitação dos sistemas ferroviários urbanos, a maioria em estado precário de operação, envolvendo ações institucionais, físicas e operacionais que facilitem a progressiva transferência da sua gestão para os Estados.

Encontra-se já em execução o projeto de São Paulo, que tem como metas principais a eliminação do subsídio no custo operacional e a ampliação da capacidade de transporte para 1,3 milhão de passageiros/dia. Os investimentos totais nesse projeto estão estimados em Cr\$ 7,7 trilhões (US\$ 280 milhões, sendo US\$ 126 milhões financiados pelo BIRD). Está prevista para dezembro de 1993 a

transferência do Sistema para a Cia Paulista de Trens Metropolitanos, recentemente criada pelo Governo do Estado de São Paulo.

O projeto do Rio de Janeiro, cuja negociação já foi formalmente concluída com o BIRD, objetiva melhorias no sistema capazes de reduzir o nível de subsídio de 80% para 47% do custo operacional e ampliar a capacidade de transporte para 1,2 milhão de passageiros/dia. Está orçado em Cr\$ 7,5 trilhões (US\$ 272 milhões, com financiamento de US\$ 128 milhões do BIRD).

O Governo Federal já assinou convênios definindo as diretrizes para a transferência dos sistemas com os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco, devendo, ainda em 1993, efetivá-los com os Estados do Rio Grande do Sul e Ceará.

Encontram-se em fase de preparação projetos de complementação, reabilitação e modernização do sistema de Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre e Fortaleza.

Recuperação e Modernização de Sistemas Ferroviários de Integração

Será dada continuidade ao projeto de recuperação de linhas e instalações ferroviárias nos corredores Goiás-Minas Gerais e Paraná, incluindo: obras de recuperação da infra e super-estrutura; aquisição de máquinas e equipamentos de manutenção; aquisição e instalação dos sistemas de sinalização e telecomunicações; recuperação e reforço de pontes; e construção, ampliação e recuperação de pátios e oficinas. O Projeto envolve investimentos totais de Cr\$ 11,0 trilhões (US\$ 398 milhões, com financiamento de US\$ 198,4 milhões do BIRD). Para sua conclusão deverão ser investidos em 1993 cerca de Cr\$ 2,8 trilhões (US\$ 100 milhões).

Estão em fase de preparação outros projetos com vistas à obtenção de financiamento externo através do BIRD. O maior projeto objetiva a recuperação e modernização da malha ferroviária do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro, elevando a capacidade de carga da RFFSA para 62 bilhões de TKU até o final da década. Os investimentos totais estão estimados em Cr\$ 19,3 trilhões (US\$ 700 milhões, contando-se com a expectativa de recursos externos no montante de US\$ 350 milhões). Outro projeto com o EXIMBANK japonês objetiva a recuperação e modernização de mais de 350 locomotivas da RFFSA.

O BNDES vem ainda apoiando financeiramente a implantação de projeto de grande porte, o FERRONORTE, a cargo de grupos privados. O projeto compreende a construção de trecho ferroviário entre Cuiabá e Santa Fé do Sul, em São Paulo, com ligação até

Uberaba-Uberlândia. Os recursos do BNDES atingem o montante de Cr\$ 6,3 trilhões (US\$ 230 milhões) no período 1993-94, e se destinam a financiar a implantação de trecho de 300 km entre Aparecida do Taboado e Chapadão do Sul, parte inicial da ligação Cuiabá- Santa Fé do Sul.

Recuperação e Modernização dos Portos

O Governo buscará reverter as más condições físicas e operacionais dos portos brasileiros, responsáveis pelos custos elevados de movimentação de cargas no País. Esse objetivo será facilitado uma vez que o Brasil já conta, desde fevereiro do corrente ano, com instrumentos legais para a reestruturação dos sistema portuário nacional - baseados na descentralização e na autonomia financeira dos portos - possibilitando a construção progressiva de um modelo mais eficiente de gestão e operação do setor.

A modernização da legislação dos portos viabilizará uma maior participação da iniciativa privada na atividade, permitindo a intensificação dos investimentos na recuperação da infra-estrutura, instalações e equipamentos portuários.

No período 1993-94, as Companhias de Docas vinculadas à União concentrarão seus investimentos na recuperação e ampliação das instalações e na redução dos custos operacionais, destacando-se o projeto do Porto de Santos.

5.3.2 ENERGIA

Na área de energia, a preocupação fundamental do Governo é a de superar os problemas do setor elétrico, que convive, ao longo dos últimos anos, com uma grave situação de insuficiência de recursos, que tem provocado o atraso na implementação de investimentos de geração e transmissão de energia elétrica, elevando os riscos de desabastecimento.

Nesse sentido, vai merecer destaque, no setor de energia elétrica, a implementação das ações previstas na Lei nº8.631, de 04 de março de 1993, instrumento fundamental para viabilizar o equilíbrio econômico-financeiro do setor e resgatar sua capacidade de investimento. Entre outros aspectos, a Lei estabelece a extinção da equalização tarifária entre os concessionários, e suprime o regime de remuneração garantida, permitindo que os saldos credores das empresas junto à União sejam utilizados para encontro de contas intrasetoriais e com o Tesouro Nacional.

Além do impacto financeiro da adequação do nível tarifário sobre a geração interna de recursos das empresas, apenas o encontro de contas previsto em Lei já resulta numa melhoria substancial nos índices que medem a situação patrimonial de algumas empresas.

A reformulação em curso do setor deverá melhorar as perspectivas de retomada dos investimentos setoriais. No entanto, o montante de recursos requerido para o adequado

atendimento do consumo, numa perspectiva de médio e longo prazos exigirá, ao lado de iniciativas de conservação e racionalização da demanda, uma maior participação do setor privado na expansão da oferta - através de investimentos em cogeração, auto-produção e outras modalidades.

Princípios Orientadores

Nas ações de governo no setor de energia serão obedecidos os seguintes princípios

- Ênfase em programas de conservação e racionalização energética e adoção de medidas gerenciais e tecnológicas para reduzir os custos econômicos, sociais e ambientais associados à produção e uso de energia;
- Prioridade às iniciativas voltadas a agilizar a regulamentação da concessão e licitação de serviços públicos, de modo a permitir a participação da iniciativa privada na ampliação da produção;
- Estabelecimento de política realista de preços e tarifas, que remova desequilíbrios financeiros, promova maior eficiência no uso de energia e tenha como contrapartida ganhos de eficiência empresarial;
- Progressiva racionalização da matriz energética brasileira, incluindo o estímulo ao aumento da participação do gás natural no consumo de energéticos, seja pelo aumento da produção interna, seja através de importações;
- Revigoração do Programa do Alcool, mediante ações voltadas para a ocupação da capacidade instalada no setor alcooleiro; e aproveitamento econômico de subprodutos da cana de açúcar.
- Diferenciação dos consumidores de energia elétrica para fins de política social, com a criação de tarifa social de energia e do "vale-gás", beneficiando os consumidores de baixa renda; esses dois programas já implicam hoje uma transferência de renda da ordem de Cr\$ 596 bilhões/mês (US\$ 21,6 milhões/mês) para os segmentos menos favorecidos da população.

Ações Prioritárias

Geração de Energia Elétrica

No período 1993-94, serão concluídas as obras civis da *Usina Hidrelétrica de Xingó*, com entrada em operação, no segundo semestre de 1994, da sua primeira turbina, com potência de 500 MW. Deverão também ser retomadas as obras da *Usina de Samuel*, prevendo-se a

entrada em operação das suas duas últimas turbinas, o que permitirá uma oferta adicional de 86 MW de potência instalada.

Nesse período prosseguirão os investimentos voltados para continuidade e/ou início de implantação de novas *usinas de médio porte* nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, destacando-se as seguintes unidades: Corumbá I (350 MW); Manso (209 MW); Serra da Mesa (1.200 MW); e Cana Brava (480 MW).

Serão ainda tomadas iniciativas para o início de empreendimentos objetivando o aproveitamento do Rio Uruguai, destacando-se o projeto da hidrelétrica de *Garabi* (3.000 MW), em parceria com a Argentina.

No tocante à *energia termelétrica*, será concluída, na região Sul, a usina de Jorge Lacerda IV (com a entrada em operação de uma capacidade adicional de 350 MW) e dada continuidade à implantação da Usina Jacuí I (350 MW). Promover-se-á também o aumento da disponibilidade de geração térmica na Região Norte.

Com relação à energia nuclear, prosseguirá a implantação de ANGRA II (1.300 MW) - com entrada em operação prevista para o final de 1997 - empreendimento fundamental para reforçar o sistema de suprimento de energia para a Região Sudeste. Cabe mencionar que o empreendimento encontra-se já em fase adiantada de execução, com 65% de todas etapas físicas concluídas. Além disso, os investimentos requeridos para a conclusão da usina da ordem de Cr\$ 38,6 trilhões (US\$ 1,4 bilhão) são inferiores aos exigidos por qualquer alternativa de novo empreendimento hidrelétrico equivalente, devendo-se levar ainda em conta que os dispêndios em moeda estrangeira (US\$ 700 milhões) serão totalmente financiados por créditos concedidos pela Alemanha.

Os investimentos em obras de geração do Grupo Eletrobrás no período 1993-94, previstos no Plano Decenal de Expansão - 1993-2002, serão de Cr\$ 69,0 trilhões (US\$ 2,5 bilhões).

Transmissão de Energia Elétrica

Na área de transmissão de energia, serão concluídos 2.500 Km de linhas de transmissão em 1993 e 1300 Km em 1994, contemplando os sistemas de transmissão de Itaipu, Xingó, Itaparica II, Acre/Rondônia e da interligação Norte/Nordeste, entre outros. Os investimentos previstos, no biênio 1993-94, são da ordem de Cr\$ 41,3 trilhões (US\$ 1,5 bilhão).

Exploração, Produção e Refino de Petróleo

Os investimentos na exploração e produção de petróleo deverão atingir Cr\$ 132,0 trilhões (US\$ 4,8 bilhões), no período 1993-94.

A avaliação do potencial petrolífero das bacias sedimentares brasileiras, objetivando a ampliação das reservas medidas, contemplará as seguintes metas físicas: a) levantamento de cerca de 263 mil km de linhas sísmicas; b) perfuração de aproximadamente 320 poços exploratórios.

No desenvolvimento da produção, os investimentos estarão dirigidos para os diversos campos de petróleo da Bacia de Campos - destacando-se os de Albacora, Marlim, Enchova/Enchova Oeste, Bijupira, Salema e Barracuda - e nas demais bacias marítimas e terrestres. Espera-se atingir, até 1995, a produção de 780 mil barris/dia de petróleo.

Os investimentos programados na área de refinação, da ordem de Cr\$ 19,7 trilhões (US\$ 713 milhões), envolvem a construção de unidades de destilação, conversão e de melhoria da qualidade dos produtos, além da implantação de unidades para a produção de derivados especiais.

Expansão da Utilização do Gás Natural

O Governo implementará uma política direcionada para ampliar a participação do gás natural na matriz energética brasileira para cerca de 11% do consumo total de energéticos no final da década, contra uma participação atual próxima a 2%. Esse objetivo justifica-se por tratar-se de um produto cuja utilização traz importantes benefícios ao País, favorecendo a melhoria da qualidade do ar nas grandes cidades, a redução dos custos e a racionalização energética e o aperfeiçoamento das condições operacionais em alguns processos industriais.

Além do aumento da produção interna desse energético, que deverá alcançar 26,5 milhões de m³/dia até 1995, terão continuidade as iniciativas voltadas para a viabilização dos esquemas institucional e financeiro necessários à concretização do empreendimento de importação do gás da Bolívia, cujo contrato de fornecimento foi assinado em fevereiro de 1993.

Trata-se de um projeto de grande porte, com investimentos totais estimados em Cr\$ 44,1 trilhões (US\$ 1,6 milhão), que envolve, entre outras aplicações, a construção de um gasoduto de mais de 2.800 km no território nacional para abastecimento das regiões Sul e Sudeste, cuja conclusão está prevista inicialmente para 1996.

O volume de gás a ser adquirido da Bolívia será de 8 milhões de m³/dia numa primeira etapa, evoluindo para 16 milhões de m³/dia a partir do oitavo ano de operação do gasoduto.

5.3.3 COMUNICAÇÕES

Na última década, o setor de comunicações sofreu constrangimentos que afetaram os serviços de telecomunicações, destacando-se, entre eles: níveis de investimentos

insatisfatórios, defasagem tarifária e falta de atrativos ou regulamentação adequada para os investimentos privados. Como consequência, além da deterioração na qualidade dos serviços, o País apresenta, atualmente, uma densidade telefônica muito baixa, tendo em conta o padrão internacional.

As ações programadas na área contemplam a recuperação e ampliação desses serviços, condição essencial para a modernização da economia brasileira.

Princípios Orientadores

No campo das comunicações serão obedecidos os seguintes princípios:

- Melhoria da qualidade e da produtividade dos serviços de telecomunicações prestados à população, através da modernização tecnológica das empresas estatais, do aperfeiçoamento de seus métodos de gestão e do contínuo desenvolvimento de novos produtos;
- Recuperação dos níveis de investimento setorial associada a redução gradativa dos custos de expansão, objetivando a ampliação dos sistemas de telefonia e de transmissão de dados, de forma condizente com os objetivos de maior integração do território nacional e de modernização e aumento de competitividade da economia brasileira;
- Disseminação do acesso aos serviços de telecomunicações, através da ampliação e da introdução de novas tecnologias na planta de telefones públicos e da utilização da tecnologia celular e de redes via satélite para expansão de serviços nas áreas rurais;
- Ampliação da plataforma de serviços públicos de telecomunicações através de redes de dados locais;
- Busca de fontes alternativas para os investimentos em telecomunicações, pela redução das barreiras regulamentares à maior participação da iniciativa privada nos investimentos e mediante a efetivação de associações e parcerias com o setor privado;
- Implantação de serviços básicos dos Correios em todos os municípios brasileiros, com ênfase para o atendimento às comunidades situadas em áreas rurais, com ampliação do leque de serviços prestados, através da incorporação de novas tecnologias.

Ações Prioritárias

Os investimentos do Sistema TELEBRÁS, no período 1993-94 estão previstos em Cr\$ 165 trilhões (US\$ 6,0 bilhões) destacando-se os seguintes programas:

Expansão e Modernização do Sistema Telefônico

Compreende projetos para aumento da capacidade instalada do serviço telefônico em termos de terminais fixos e móveis, bem como os investimentos de implantação de sistemas digitalizados de telecomunicações em todas as empresas do Sistema TELEBRÁS.

Será ampliada a capacidade da Rede Básica Interurbana de Telecomunicações Nacional e Conexões Internacionais; colocados em órbita dois satélites de segunda geração em substituição ao BRASILSAT I (em abril de 1994) e BRASILSAT II (em outubro de 1994); e implementados projetos da chamada Rede Inteligente, que permite, através do reencaminhamento pré-programado de chamadas, a prestação de novos serviços de telecomunicações.

No período 1993-94 serão instalados aproximadamente 2,2 milhões de terminais telefônicos (1 milhão em 1993 e 1,2 milhão em 1994).

O total de terminais telefônicos instalados deverá alcançar 12,8 milhões ao final de 1994, possibilitando que o País atinja uma densidade telefônica (terminais instalados por cem habitantes) de 8,5 contra 6,7 no início da década.

No mesmo período, deverão ser instalados 100 mil terminais de uso público e atendidas mais de 2.100 localidades do território nacional que ainda não dispõem de serviços de telefonia.

Expansão e Modernização do Sistema de Telecomunicação Nacional e Internacional

Será desenvolvido um conjunto de projetos com os objetivos de modernizar e aumentar a capacidade instalada dos serviços de comunicações de dados e textos, essenciais para a modernização da sociedade brasileira. Está prevista a instalação de mais 35 mil portas na Rede Comutada e aproximadamente 40 mil terminações na Rede Dedicada, no período 1993-94.

Para viabilizar a expansão projetada e melhorar o nível de qualidade dos serviços de comunicações internacionais será dado prosseguimento à implantação, pela EMBRATEL, do Sistema em Fibras Ópticas de longa distância, referente às rotas Rio/Belo Horizonte, Belo Horizonte/São Paulo, Rio/Porto Alegre - este interligando Brasil, Argentina e Uruguai - e Rio/Fortaleza, interligando o Brasil aos Estados Unidos e América Central, com desmembramento para atingir a Europa.

VI. INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO TECNOLÓGICO

Na área de ciência e tecnologia, as ações do Governo se voltam, prioritariamente, para o apoio à transformação do ambiente produtivo nacional em direção aos novos requerimentos de qualidade, produtividade e competitividade, que condicionam a perspectiva de retomada do crescimento econômico em bases sustentáveis.

As possibilidades de sucesso nesse caminho dependem, em grande parte, da capacidade efetiva de alteração das atuais relações das empresas e indústrias com a variável tecnológica e de sua melhor articulação à base técnico-científica nacional.

A crescente interação entre os ambientes científico e tecnológico, e os efeitos de sinergia daí decorrentes, acenam para a necessidade de se contar com uma visão mais integrada e sistêmica das ações do Governo, que convergem para o propósito de dotar a base técnico-científica nacional de melhores condições de resposta às demandas que se voltam para a área de ciência e tecnologia.

Princípios Orientadores

Nesse sentido, as ações governamentais estarão orientadas para dois objetivos básicos:

- a) modernização tecnológica do sistema produtivo;
- b) fortalecimento da base técnico-científica nacional.

Para viabilizar o primeiro objetivo é preciso aumentar os dispêndios do setor privado em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e capacitação tecnológica. As estimativas disponíveis indicam que esta participação ainda é muito pequena, situando-se abaixo de 15% do total dos dispêndios nacionais em ciência e tecnologia. Segundo o último Censo Econômico (Censo de Empresas de 1985), apenas 2.000 empresas agropecuárias, industriais e de serviços, registravam dispêndios com P&D e importação de tecnologias.

Soma-se a essa baixa propensão ao investimento privado, um elevado grau de heterogeneidade tecnológica estrutural do setor produtivo. Esse fenômeno contribui decisivamente para limitar as possibilidades de cooperação entre produtores e fornecedores, produtores e consumidores, e mesmo entre o setor produtivo e a base técnico-científica e para reduzir os efeitos multiplicadores potenciais dos investimentos em P&D e capacitação tecnológica, reduzindo sua eficiência e eficácia e obstando sua propagação adequada por toda a cadeia produtiva.

Salta aos olhos a importância estratégica de alguns setores que estão na origem das transformações associadas ao novo paradigma técnico-econômico. A retomada do desenvolvimento requer que se apoie o espraiamento, por toda a estrutura produtiva, das tecnologias que derivam destes setores, em especial aquelas vinculadas à microeletrônica/informática.

A estratégia governamental direciona-se, nesse contexto, para:

- a) adoção de medidas de estímulo à capacitação tecnológica do setor produtivo, de forma seletiva e combinada à exposição planejada das

empresas à concorrência internacional, privilegiando-se os setores geradores e difusores da inovação e do progresso técnico e aqueles mais afetados pela abertura comercial;

- b) estímulo ao aumento da participação das empresas no esforço de desenvolvimento científico e tecnológico do País, pela ampliação de seus investimentos em P&D, utilização de técnicas modernas de gestão e emprego de tecnologias avançadas;
- c) estabelecimento de pré-condições para a integração da pesquisa entre empresas, universidades e institutos de pesquisa, e criação de núcleos de pesquisa e desenvolvimento próprios das empresas ou de consórcios empresariais.

O objetivo de apoio ao fortalecimento da base técnico-científica nacional fundamenta-se no reconhecimento de que a inovação joga um papel decisivo no ambiente econômico atual, donde reitera a necessidade de coordenar ações e ampliar a interação entre os principais atores nesse campo. As atividades de um elenco diversificado de instituições (universidades, institutos de pesquisa, agências de fomento etc.) agregam-se ao esforço inovador das empresas, viabilizando melhores condições para o desenvolvimento de novos produtos, a melhoria dos processos produtivos e a introdução de novas técnicas de gestão.

O avanço das iniciativas em curso, entretanto, não se orienta exclusivamente pelo mercado. É necessário cuidar para que o ímpeto de ampliar o suporte à estrutura produtiva não impeça o florescimento da criatividade requerida para o próprio desenvolvimento de um ambiente favorável às inovações.

Nesse sentido, ressaltam-se os esforços voltados para o desenvolvimento generalizado da base técnico-científica, mediante a formação de pesquisadores em todas as áreas do conhecimento, o apoio à realização de pesquisas, inclusive com o fortalecimento da infraestrutura laboratorial disponível, a prestação de serviços e a reformulação do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia.

A estratégia governamental orienta-se, nesse campo, para:

- a) ampliação e correção do perfil da base técnico-científica, de modo a atender as áreas mais carentes de recursos humanos qualificados e responder às necessidades dos segmentos portadores de novas tecnologias;
- b) apoio à recuperação e modernização da infra-estrutura laboratorial das universidades, institutos e centros de pesquisa e desenvolvimento, visando assegurar melhores condições para o desenvolvimento da pesquisa e o apoio ao setor produtivo;
- c) estímulo à ampliação da cooperação interinstitucional e à adoção de enfoque multidisciplinar nos programas de pesquisa científica e tecnológica;

- d) apoio às iniciativas e projetos de pesquisa científica e tecnológica de reconhecida importância estratégica, econômica e social.

Ações Prioritárias

Para a concretização dos objetivos anteriormente definidos, os esforços do governo irão concentrar-se nas seguintes ações prioritárias:

- Apoio à Ampliação dos Investimentos Privados em C&T

Para financiar os investimentos do setor privado e apoiar o processo de geração e absorção de inovações, serão mobilizadas linhas de crédito e programas de investimento em capital de risco, de responsabilidade dos Bancos e Agências Oficiais de Financiamento (FINEP, BNDES, BB, BBI, BNB, BASA e outros), com destaque para a FINEP, cuja atuação se volta exclusivamente para o apoio ao desenvolvimento tecnológico nacional. A FINEP alocará recursos da ordem de Cr\$ 2,9 bilhões (US\$ 105,2 milhões), em 1993. Estima-se em Cr\$ 10,6 bilhões (US\$ 384,9 milhões) os recursos a serem aportados à linha de apoio ao desenvolvimento tecnológico nacional (ADTEN), em 1994.

- Incentivos Fiscais para a Capacitação Tecnológica

Serão envidados esforços para obter a aprovação, pelo Congresso Nacional, do Projeto de Lei nº 003/91, que prevê a concessão de incentivos fiscais à capacitação tecnológica das empresas. A instituição do mecanismo permitirá recuperar o tempo perdido com relação aos países desenvolvidos que, há várias décadas, já contam com instrumento semelhante. O projeto acena para um abatimento médio da ordem de 57% das despesas efetuadas com a implementação de programas de desenvolvimento tecnológico industrial ou agropecuário (PDTI e PDTA).

- Propriedade Industrial

O Governo diligenciará no sentido de obter a aprovação de sua nova proposta associada ao Projeto de Lei nº 824/91, que regula os direitos e obrigações relativas à propriedade Industrial.

- Informática

Destaca-se, no biênio 1993/94, no campo da política nacional de informática, o início de operação dos incentivos fiscais para as empresas do setor, previstos na Lei nº 8.248 e recentemente regulamentados, que possibilitarão sua melhor adequação ao novo ambiente de maior competitividade. Merece destaque também a implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento da Indústria de "Software", que almeja ampliar a participação do País no mercado

internacional de programas de computação. A meta estabelecida pressupõe que o Brasil alcance, por volta do ano 2.000, uma participação de cerca de 2% nesse mercado. Nesse campo, assume importância o apoio ao projeto da fábrica de software, a cargo do Centro Tecnológico para a Informática - CTI, ao qual se destinam Cr\$ 23,0 bilhões (US\$ 0,8 milhões), no OGU 1993. Em 1994, serão destinados recursos da ordem de Cr\$ 104,3 bilhões (US\$ 3,8 milhões) para este projeto.

Circuitos Integrados de Base Microeletrônica

Também a cargo do CTI será implantado o projeto do ciclo completo de fabricação de circuitos integrados de base microeletrônica, possibilitando o domínio de uma tecnologia importante para o País. O controle mínimo desta tecnologia contribui para tornar potencialmente mais ágil a disseminação das tecnologias informacionais, bem como sua adaptação às condições de produção locais. A conclusão deste projeto está prevista para 1994. Em 1993 serão destinados recursos da ordem de Cr\$ 124,9 bilhões (US\$ 4,5 milhões); em 1994 estimam-se os recursos a serem aportados em Cr\$ 549,6 bilhões (US\$ 19,9 milhões).

Tecnologias Estratégicas

Compreendem o desenvolvimento e repasse de tecnologias estratégicas para a indústria, além de impactos sobre o campo científico e tecnológico, relativos às iniciativas dos segmentos:

- a) espacial. Destacam-se as ações da Missão Espacial Completa Brasileira (MECB), que recentemente viabilizou o lançamento do primeiro satélite desenvolvido inteiramente no Brasil. Em 1993, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) alocará cerca de Cr\$ 270,0 bilhões (US\$ 9,8 milhões) nos seus projetos relacionados à P&D espacial e áreas afins; Em 1994 estimam-se esses recursos em cerca de Cr\$ 422,9 bilhões (US\$ 15,3 milhões). O EMFA, instituição que coordena as ações da MECB, deverá alocar, em 1993, Cr\$ 727,0 bilhões (US\$ 26,4 milhões) nos projetos de desenvolvimento do Veículo Lançador de Satélites e de construção da Base de Lançamentos de Alcântara-MA. O INPE desenvolve, em cooperação com a República Popular da China, projeto de construção de dois satélites de recursos terrestres. Para o desenvolvimento desse projeto estão previstos, em 1993, Cr\$ 347,0 bilhões (US\$ 12,6 milhões); em 1994, Cr\$ 511,7 bilhões (US\$ 18,6 milhões).
- b) nuclear. Devem ser ressaltadas as ações de desenvolvimento de tecnologias de fabricação de combustível nuclear, de componentes para reatores e centrífugos para a usina de

enriquecimento, a pesquisa e desenvolvimento de processos para a redução da produção de resíduos radioativos (Torta II), o desenvolvimento de repositórios de rejeitos radioativos de Goiânia-GO, além de pesquisas na área de medicina nuclear, com vistas ao combate ao câncer.

- c) militar. Dois grandes projetos se destacam nessa área: o desenvolvimento do submarino de propulsão nuclear e o do avião militar AMX, projeto que envolve a cooperação com a Itália. O primeiro projeto contará com cerca de Cr\$ 1,5 trilhão (US\$ 52,7 milhões), em 1993, e Cr\$ 1,8 trilhões (US\$ 65,5 milhões), em 1994. O segundo deverá contar com Cr\$ 1,7 trilhão (US\$ 62,0 milhões) em 1993.

Formação de Recursos Humanos

Serão continuados os esforços para expandir o número de pesquisadores e corrigir, concomitantemente, o perfil de sua distribuição entre as diversas áreas do conhecimento. Estes esforços visam a reduzir o hiato que separa o País das nações desenvolvidas, no que respeita à densidade de cientistas por habitante. Hoje o Brasil conta com cerca de 1 cientista para cada 3.000 habitantes, enquanto esta relação alcança a faixa entre 1/200 e 1/400 naqueles países. A ação governamental volta-se para o reforço aos programas de concessão de bolsas de estudo e pesquisa em diversos níveis, com ênfase na formação de doutores e prioridade para as engenharias e áreas de suporte às tecnologias avançadas. O CNPq e a CAPES deverão manter cerca de 59.500 bolsas, em 1993, e 63.200 bolsas em 1994. Integra esse espaço o Programa de Formação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento Tecnológico - Programa RHAE, que deverá manter mais 6.000 bolsas de capacitação, dirigidas preferencialmente às empresas, no biênio 1993/94. Nos programas de bolsas do CNPq e da CAPES deverão ser alocados Cr\$ 11,4 trilhões (US\$ 412,9 milhões), em 1993, e Cr\$ 12,3 trilhões (US\$ 444,8 milhões), em 1994.

Apoio ao Sistema de Pesquisa

Sobressaem-se algumas iniciativas de maior impacto:

- a) Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico Nacional. O PADCT, desenvolvido conjuntamente com o Banco Mundial, cobre um elenco de áreas e setores estratégicos para a C&T: Química e Engenharia Química, Geociências e Tecnologia Mineral, Biotecnologia, Instrumentação, Educação para a Ciência, Tecnologia Industrial Básica, Ciências Ambientais, Novos Materiais, Informação em C&T, Planejamento e Gestão de C&T, Manutenção e

Provimento de Insumos Essenciais. A programação para 1993 contemplará o atendimento a 1218 projetos, estando previstos recursos de Cr\$ 3,7 trilhões (US\$ 135,0 milhões). Em 1994 estimam-se os recursos destinados ao Programa em Cr\$ 2,9 trilhões (US\$ 105,0 milhões).

- b) Fomento à Pesquisa. A FINEP, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), e o CNPq, com seu programa de auxílios, constituem as principais linhas de apoio à pesquisa no País, ao lado do PADCT. Serão alocados a estas linhas, em 1993, para o atendimento de projetos de reconhecido mérito técnico-científico, recursos da ordem de Cr\$ 5,7 trilhões (US\$ 208,1 milhões). Estima-se, para 1994, a destinação de Cr\$ 6,9 trilhões (US\$ 249,7 milhões).
- c) Laboratório Nacional de Luz Síncrotron. A implantação deste grande equipamento de pesquisa, correspondendo a um acelerador de partículas com importantes aplicações na área de física e repercussões potenciais em campos tecnológicos, como o de novos materiais, constituirá prioridade de Governo Federal. No biênio 1993/94, prevê-se o desenvolvimento das obras civis (construção do anel principal) e a aquisição dos componentes dos aceleradores, entre outros itens menores. Em 1993, serão destinados ao Instituto Cr\$ 178,4 bilhões (US\$ 6,4 milhões) e em 1994, cerca de Cr\$ 404,3 bilhões (US\$ 14,7 milhões), que deverão contribuir para acelerar o andamento do projeto. O projeto poderá se beneficiar dos recursos do Programa de Privatização que serão destinados aos investimentos em C&T.
- d) Monitoramento de Tempo e Clima e Gerenciamento de Recursos Hídricos. Prevê-se, no biênio 1993/94, o início de operação do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC) e a implantação das instalações para o monitoramento da emissão de gases na Amazônia, ambas iniciativas do INPE, e a continuidade da implantação dos Núcleos de monitoramento de tempo e clima e gerenciamento de recursos hídricos nos diversos estados da Federação (já instalados em todos os estados da região Nordeste). Estes projetos possuem impactos importantes para as atividades agrícolas e as ações de defesa civil. Contarão, em 1993, com Cr\$ 1,26 trilhão (US\$ 46,0 milhões), quantia expressiva face à necessidade de concluir as instalações do CPTEC; em 1994, serão alocados aos três projetos Cr\$ 468,2 bilhões (US\$ 17,0 milhões).

- e) Pesquisas sobre a Região Amazônica. Essas ações comportam iniciativas visando à defesa da biodiversidade, à conservação e ao manejo adequado dos ecossistemas e os estudos de aproveitamento racional dos recursos naturais da região. Contarão com suporte financeiro do Global Environmental Facility (GEF) e do Programa Piloto para Conservação das Florestas Tropicais (G 7), cujas ações estão incluídas no capítulo de Meio Ambiente. No campo científico e tecnológico, o eixo das ações reside no Programa do Trópico Úmido - PTU, onde estão alocados recursos da ordem de Cr\$ 1,1 trilhão (US\$ 41,1 milhões), em 1993. Estima-se, para 1994, a destinação da mesma quantia do ano anterior.

Tecnologias de Cunho Social

O desenvolvimento de tecnologias voltadas para o apoio à solução de problemas sociais constitui espaço preferencial de aplicação dos recursos mobilizados para a área de C&T pelo Programa de Privatizações. Destacam-se:

- a) Fármacos e Farmacologia. Dentro da prioridade concedida ao campo da produção de medicamentos no País, além da busca de um razoável entendimento entre o Governo e a iniciativa privada (nacional e estrangeira), torna-se urgente aumentar e capacitar a infra-estrutura técnico-científica relacionada ao setor. A ação de Governo voltar-se-á para a criação e modernização da infra-estrutura laboratorial, a execução de projetos que permitam maior interação entre universidades e empresas, o desenvolvimento das áreas de farmacocinética e de farmacologia clínica e o apoio a estudos metrológicos, de comercialização e custos. Os recursos aplicados nesta ação serão oriundos das principais linhas de fomento à C&T e do Programa de Privatizações; estimam-se os recursos necessários para a criação e modernização da infra-estrutura de 10 instituições de ensino e pesquisa em cerca de Cr\$ 690,0 bilhões (US\$ 25,0 milhões), no biênio 1993/94.
- b) Biotecnologia Aplicada às Doenças Tropicais. A ação prevê o apoio, através das linhas de fomento, aos grupos de pesquisa que atuam em doenças tropicais utilizando técnicas biotecnológicas, buscando transformar esse potencial em resultados benéficos, rapidamente apropriáveis pela sociedade. Estimam-se os recursos necessários no biênio 1993/94, provenientes das linhas de fomento e do Programa de Privatizações, em Cr\$ 965,0 bilhões (US\$ 35,0 milhões) para investimento em criação e modernização de infra-estrutura em 15 instituições de ensino e pesquisa.

- c) Tecnologia de Habitação de Baixo Custo. Parte dos problemas associados à habitação popular reside na baixa apropriação dos conhecimentos científicos e tecnológicos disponíveis para o setor. A exploração do potencial de geração e difusão do conhecimento sobre materiais alternativos e materiais disponíveis localmente, o desenvolvimento de métodos construtivos, a intensificação do uso dos serviços metrológicos e outras medidas assemelhadas conformam a ação de Governo nessa matéria. Para o início dessas ações, com a mobilização das equipes atuantes e a difusão e disseminação do acervo de conhecimentos já existentes, serão alocados recursos, através das principais linhas de fomento, de cerca de Cr\$ 24,6 bilhões (US\$ 1,0 milhão), no biênio 1993/94.

- Reestruturação do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia

As ações se direcionam, neste campo, para a conformação, em bases renovadas, do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia - CCT, e do Conselho Nacional de Informática e Automação - CONIN, instâncias importantes do âmbito normativo/estratégico. Serão desenvolvidos esforços, também, para aprimorar as relações entre os diversos órgãos que atuam na área.

VII. DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A política nacional de desenvolvimento regional fundamenta-se na ativação das potencialidades produtivas das regiões, tendo em vista sua maior integração econômica, com a reinserção das regiões periféricas no processo global de desenvolvimento do País.

Princípios Orientadores

Confere-se prioridade ao Nordeste, à Amazônia e ao Centro-Oeste.

A prioridade para o Nordeste justifica-se pelos grandes desníveis de desenvolvimento que persistem entre essa região e o conjunto do País. A estratégia regional se baseia em três componentes: reforço e integração da base econômica, combate à pobreza e aperfeiçoamento da gestão da política de desenvolvimento. Destaque-se, também, a execução de ações emergenciais para arrostar os efeitos de mais um período de secas que assola a Região.

O setor produtivo nordestino receberá investimentos privados para desenvolver uma agricultura moderna de mercado, dando-se ênfase a projetos de irrigação. Esforços também serão dirigidos para fomentar a agroindústria e promover a reestruturação produtiva da indústria tradicional, a continuidade do avanço técnico dos complexos industriais modernos (petroquímica, cloroquímica e álcoolquímica), bem como a exploração do turismo. Essas ações visarão à produtividade e à competitividade interna e externa, ajustando-se ao paradigma tecnológico e organizacional emergente, que deve também orientar a administração dos incentivos fiscais para a região.

O combate à pobreza no Nordeste constituirá o núcleo da estratégia social para a região. Alternativas de desenvolvimento sustentável para o meio rural, sobretudo no semiárido, devem atender aos objetivos de aumento da produtividade agrícola, da distribuição de renda e de eliminação da pobreza crítica.

É imperativo rever a gestão da política regional no Nordeste, porquanto o arcabouço institucional existente não atende às exigências do novo ciclo de desenvolvimento. A prioridade para a região exigirá uma profunda adaptação das instituições, redefinindo-se suas funções e atribuições no que se refere ao planejamento, articulação, financiamento e execução da política de desenvolvimento. Tal revisão deverá submeter-se a duas realidades: a importância crescente do mercado e dos investimentos privados no novo modelo de desenvolvimento do País e a emergência de um papel renovado para os Estados no Federalismo.

A prioridade para a Amazônia decorre de sua frágil integração com as demais regiões e das grandes responsabilidades pelo uso racional de seu patrimônio natural.

A base produtiva deverá ser ativada pela utilização mais intensiva dos recursos minerais e energéticos, empregando tecnologias que evitem impactos ambientais adversos sobre os ecossistemas, e pelo aproveitamento racional da nova fronteira caracterizada pela diversidade biótica amazônica. O esforço inicial deverá combinar o conhecimento avançado e a experiência local em áreas como industrialização de produtos naturais, pesca, complexos agroflorestais, bioindústrias (farmacologia, insumos bióticos e outros) e turismo ecológico. Nesse sentido, é imperativo o reforço da capacitação tecnológica regional e nacional para assegurar a rentabilidade e o uso sustentado dos recursos.

Reveste-se de importância estratégica, na região, a proteção das fronteiras, para impedir invasões do espaço aéreo e coibir o narcotráfico e o contrabando. Para tanto, deverão ser implantados um Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) e uma política de ocupação permanente dessas áreas. Por seu turno, a gestão do desenvolvimento regional será ajustada às necessidades e peculiaridades da Amazônia.

O Centro-Oeste, entre as regiões periféricas do Brasil, é a que apresenta maiores perspectivas de desenvolvimento de um setor agrícola moderno. Impõe-se contudo fomentar a infra-estrutura de transportes da região, buscando minimizar a distância econômica da região aos centros consumidores e portos, de modo a viabilizar a expansão da fronteira agrícola e do setor agroindustrial.

Com seu potencial para a produção de alimentos e matérias-primas agrícolas, a Região Centro-Oeste pode contribuir para os objetivos nacionais de estabilização econômica com retomada do desenvolvimento. Será necessário incorporar à estratégia regional os novos paradigmas tecnológicos e de integração competitiva da economia moderna, a diversificação da estrutura produtiva, a interiorização dos centros de decisão econômica e a melhoria dos padrões de produtividade e competitividade na região. A par da produção agropecuária, serão incentivados o desenvolvimento agroindustrial e industrial, a expansão dos sistemas de transportes e o turismo.

Na fronteira interna entre as três macrorregiões citadas - Norte, Nordeste e Centro-Oeste - destaca-se a sub-região polarizada pelo Corredor Norte de Desenvolvimento Integrado, que tem condições de alavancar um novo ciclo de progresso no Norte e no Nordeste, porquanto incorpora as maiores jazidas minerais do País, na Serra dos Carajás, e ecossistemas aptos ao desenvolvimento florestal, em área tropical, e graneleiro, no cerrado setentrional. Por contar com infra-estrutura ferroviária e portuária moderna, o Corredor Norte de Desenvolvimento Integrado continuará a merecer apoio prioritário.

As regiões Sul e Sudeste, notadamente mais dinâmicas, exigem ação voltada para aspectos de suporte estrutural às atividades produtivas, com ênfase para a descompressão urbana e para a interiorização econômica.

Assim, confere-se atenção especial à estruturação de áreas deprimidas ou subdesenvolvidas, como o Vale do Jequitinhonha, o Pontal do Paranapanema, o Norte Fluminense e o Vale do Ribeira, com o propósito de resgatá-las do longo período de estagnação que atravessam.

Por outro lado, esforços devem ser empreendidos com a finalidade de promover a aceleração do crescimento econômico na faixa ao longo da fronteira Sul, reforçando o eixo Uberlândia (MG) a Uruguaiana (RS), com o intuito de descomprimir para essas áreas as atividades hoje vinculadas à faixa litorânea, bem como fortalecer as possibilidades de produção na fronteira, vinculando-a ao MERCOSUL.

Para tanto, ao lado de programas de apoio às atividades produtivas nas áreas deprimidas e subdesenvolvidas, realizar-se-ão estudos de oportunidade e de viabilidade técnico-econômica para as áreas da fronteira da região Sul, sem deixar de dar continuidade aos programas nacionais ou bilaterais de aproveitamento de áreas irrigáveis, como os perímetros irrigados de Mampituba e da Lagoa Mirim, ou de recuperação de áreas degradadas por processos erosivos, em que se destaca o oeste do Paraná.

A concretização de eixos de desenvolvimento regional integrado ao longo de Corredores de Transporte inter-regionais é a chave para a desconcentração organizada e eficiente da interiorização nos segmentos industrial e de serviços, inclusive os associados à agricultura.

Ações Prioritárias

As principais ações da política explícita de desenvolvimento regional, biênio 1993-1994, estão elencadas a seguir.

REGIÃO NORTE

Apoio aos Setores Produtivos Regionais

Os principais instrumentos de apoio direto à economia regional são o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e o Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM).

O FNO - previsto na Constituição Federal (art. 159, I, c) e instituído mediante a Lei nº 7.827, de 27.09.89, tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Norte, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o plano regional de desenvolvimento.

Em 1993, o FNO aplicará CR\$ 4,74 trilhões (US\$ 171,9 milhões) e, em 1994, estima-se investir cerca de CR\$ 4,2 trilhões (US\$ 152,3 milhões) através de elenco variado de programas de apoio aos setores rural e agroindustrial, industrial e especiais.

O FINAM continuará apoiando empreendimentos de médio e grande porte nos vários setores produtivos regionais, especialmente na agroindústria. Contará, em 1993, com Cr\$ 5,31 trilhões (US\$ 192,6 milhões) e, em 1994, com Cr\$ 6,6 trilhões (US\$ 239,3 milhões).

Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (Planafloro)

O PLANAFLORO destina-se a viabilizar a ocupação produtiva de Rondônia através do manejo adequado dos recursos naturais. Os recursos totais do Programa ascendem a US\$ 228,9 milhões, dos quais 73,1% financiados pelo Banco Mundial (Acordo de Empréstimo 3444-BR).

Em 1993 está prevista a aplicação de Cr\$ 1,56 trilhão (US\$ 56,6 milhões) sendo Cr\$ 1,4 trilhão (US\$ 50,8 milhões) relativos a recursos externos, e, em 1994, estima-se aplicar Cr\$

1,3 trilhão (US\$ 47,0 milhões) buscando-se atingir, no biênio, as seguintes metas principais:

- demarcação de 1,4 milhão de ha de reservas extrativistas, beneficiando 1.100 famílias, de 4,13 milhões de km de reservas florestais e de unidades de conservação, e de 839 km de reservas indígenas;
- aviventação de demarcação de 1,6 mil km de reservas indígenas;
- zoneamento agroecológico de 6,2 milhões de ha;
- implantação de: 902 mil ha de parques estaduais; 1,63 milhão de ha de unidades federais de conservação; 98 mil ha de reservas biológicas estaduais; e uma estação ecológica estadual em área de 140 mil ha;
- conclusão de 23 sistemas de abastecimento d'água;
- reabilitação de 1.560 km de estradas, manutenção de 2.000 km e pavimentação de 81 km;
- manejo de 1,42 milhão de ha de reservas extrativistas e de 2,04 milhões de outras reservas florestais; e
- concessão de crédito rural a 14 mil produtores, envolvendo 9.400 ha de cultivos permanentes e 115.000 ha de cultivos anuais.

Zona Franca de Manaus (ZFM)

A política de abertura do comércio exterior, conjugada ao impacto negativo da recessão econômica, tem afetado sensivelmente a ZFM. Medidas têm sido adotadas para permitir o ajustamento competitivo da indústria local, em especial aquelas introduzidas pela Lei nº 8387, de 30.12.91, que praticamente aboliu o regime de cotas de importação e índices de nacionalização próprios da política até então vigente.

Além de coordenar as atividades da ZFM, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) continuará apoiando o desenvolvimento da Amazônia Ocidental mediante as seguintes ações: a) assistência financeira a Municípios - para fortalecimento da infra-estrutura econômica e social; b) colonização; c) promoção industrial - notadamente a expansão do Distrito Industrial de Manaus; e d) Comercialização, com destaque para a implantação, em Manaus, de um Centro

Internacional de Compras, incluindo o Entrepósito Alfandegado de Manaus e Áreas de Livre Comércio em seis municípios da Região Norte. No conjunto dessas atividades a SUFRAMA despenderá, em 1993, Cr\$ 1,77 trilhão (US\$ 64,2 milhões).

Corredor de Exportação Norte

Objetiva apoiar a produção agrícola no cerrado setentrional, que na produção de grão deverá atingir 400 mil t/a, em 1993, e 500 mil t/a, em 1994, mediante utilização de infra-estrutura ferroviária.

Por ter a condição impar de estar localizado em área da ação dos órgãos de desenvolvimento regional do Norte e do Nordeste - SUDAM, SUDENE, BASA e BNB - o crédito agrícola estará garantido, e os recursos para infra-estrutura rodoviária estarão sendo viabilizados através de financiamento externo já aprovado no COFIEIX.

Ao Governo Federal cabe, basicamente, dar continuidade à implementação da infra-estrutura regional de transportes, concluindo o trecho Imperatriz-Estreito (137 km) da Ferrovia Norte-Sul, com um investimento de 100 milhões de dólares, em dois anos, além de cerca de 10 milhões de dólares na Hidrovia do rio Tocantins-Araguaia. Assim, através do transporte intermodal competitivo (Ferrovia/Hidrovia) poder-se-á acrescentar cerca de 550 km ao sistema Norte-Sul/Carajás (700 km) já construído, criando condições para duplicar a produção de grãos na região. A ligação rodoviária Xambioá-Estreito viabilizará ainda o escoamento via rio Araguaia (Aruanã-Xambioá) de parte da safra de soja do Mato Grosso, com ganho de 40% no frete interno em relação ao sistema rodoviário atualmente utilizado.

REGIÃO NORDESTE

Apoio aos Setores Produtivos Regionais

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) configuram as ações mais relevantes de fomento das atividades produtivas regionais.

O FNE conta com 1,8% da arrecadação total do imposto de renda e do imposto sobre produtos industrializados, a par do retorno das aplicações já feitas. De acordo com a Constituição, 50% dos recursos do Fundo devem ser aplicados no semi-árido nordestino.

O FNE investirá, em 1993, Cr\$ 14,2 trilhões (US\$ 514,9 milhões), estimando-se, em 1994, contar com cerca de Cr\$ 12,5 trilhões (US\$ 453,3 milhões), a serem aplicados em elenco variado de ações, com benefício dos setores agropecuário, industrial e de turismo.

O FINOR continuará apoiando empreendimentos nos vários setores produtivos da região, mas será reorientado no sentido de contribuir mais diretamente para o fomento da agroindústria, uma das prioridades do atual governo.

O FINOR deverá aplicar, em 1993, Cr\$ 8,45 trilhões (US\$ 306,4 milhões) e, em 1994, Cr\$ 9,5 trilhões (US\$ 344,5 milhões).

Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste - PAPP

Este Programa, em execução desde 1986, inclui dez projetos (nos nove estados do Nordeste e Minas Gerais), conta com recursos do Banco Mundial equivalente a US\$ 826,7 milhões, dos quais apenas 35% foram desembolsados ou comprometidos, até março de 1993.

Avaliado pelo BIRD e Governo Federal em 1990, o Programa está sendo reformulado de modo a assumir, com as adaptações necessárias, características de ações exitosas de combate à pobreza conduzidas em outros países.

Os recursos disponíveis financiarão principalmente projetos comunitários ligados aos setores produtivos, serviços sociais e infra-estrutura econômica e social.

A programação para 1993 - ainda não reformulada - prevê dispêndios de Cr\$ 11,1 trilhões (US\$ 402,5 milhões).

Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur/NE)

O PRODETUR/NE, em fase de elaboração, abrange os 10 estados da área de atuação da SUDENE, nos quais deverá financiar projetos de desenvolvimento do turismo, principalmente os de infra-estrutura. Está sendo negociado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que deverá participar com 50% dos recursos totais, cabendo 25% à União e 25% aos Estados. Prevê-se, já em 1993, investimentos da ordem de Cr\$ 11,0 trilhões (US\$ 400 milhões), dos quais Cr\$ 5,5 trilhões (US\$ 200 milhões) do BID.

Programa de Irrigação do Nordeste (Proine)

Objetiva atender às necessidades básicas da população regional, além de assegurar um suprimento regular de matérias-primas para o desenvolvimento do setor agroindustrial. Prevê a aplicação de Cr\$ 579,1 bilhões (US\$ 21 milhões) em 1993.

Aproveitamento Hidroagrícola

Tem o propósito geral de promover o desenvolvimento integrado do meio rural, através da implantação e manutenção de obras de irrigação e drenagem, em diversos municípios nordestinos. Utilizará, em 1993, cerca de Cr\$ 10,4 trilhões (US\$ 377,1 milhões).

Construção e Recuperação de Açudes Públicos

Objetiva abastecer a população com água potável, perenizar cursos d'água, controlar enchentes e aumentar a área irrigável no Nordeste. Em 1993 estão orçados recursos no montante de Cr\$ 4,8 trilhões (US\$ 174,0 milhões).

REGIÃO CENTRO-OESTE

Apoio aos Setores Produtivos Regionais

No contexto da política de desenvolvimento regional avulta em importância o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), institucionalizado juntamente com FNO e FNE.

O FCO aplicará, em 1993, Cr\$ 4,74 trilhões, (US\$ 171,9 milhões) e, em 1994, Cr\$ 4,2 trilhões (US\$ 152,3 milhões) através de diversos programas operacionalizados pelo Banco do Brasil.

Projeto de Desenvolvimento Agroambiental de Mato Grosso (Prodeagro)

O PRODEAGRO tem o propósito de promover o desenvolvimento auto-sustentado de 49 municípios de Mato Grosso, tendo como base o zoneamento econômico-ecológico do Estado.

O Programa prevê a aplicação, em cinco anos, de recursos totalizando US\$ 258,7 milhões, dos quais 71,8% provenientes do BIRD (Acordo de Empréstimo 3492-BR, já assinado).

Para 1993 estão orçados Cr\$ 1,7 trilhão (US\$ 61,6 milhões) e, para 1994, Cr\$ 1,71 trilhão (US\$ 62,1 milhões), a serem aplicados principalmente em:

zoneamento agroecológico de 18,8 milhões de ha;

delimitação e demarcação de 20,6 milhões de ha, titulação de terras para 4.500 famílias e demarcação de áreas de conservação totalizando 368 km;

demarcação de 1,2 mil km de novas reservas indígenas e reabilitação de 905 km de reservas;

conservação de 1,6 milhão de ha;

conservação e manejo de reservas florestais estaduais (1,7 milhão de ha) e privadas (0,5 milhão de ha);

atendimento de 32,6 mil agricultores pela extensão rural e implantação de 99 campos de demonstração;

concessão de crédito a 5.740 produtores rurais, a cinco agroindústrias comunitárias, a 150 projetos de piscicultura e para a construção de 8 armazéns (4 de 700 t. e 4 de 100 t.).

AÇÕES MULTIRREGIONAIS

Controle de Enchentes e Recuperação de Vales e Cidades

Objetiva proteger vales, cidades e centros industriais contra enchentes, bem como recuperar as áreas afetadas por inundações em diversos municípios. Conta, no orçamento de 1993, com cerca de Cr\$ 10,2 trilhões (US\$ 370,0 milhões).

Programa Nacional de Irrigação (Proni)

Objetiva contribuir para a elevação da produção e produtividade agrícolas, bem como para o aumento da oferta interna de alimentos básicos, através do incentivo à irrigação privada. Em 1993 deverá investir Cr\$ 6,9 trilhões (US\$ 250 milhões).

VIII. POLÍTICA AMBIENTAL

A política nacional de meio ambiente vem evoluindo no sentido de seu aprimoramento conceitual e operativo, tendo por base os princípios do desenvolvimento sustentável. Ao lado dos objetivos preservacionistas e de controle ambiental, a ênfase dessa política está no apoio a um processo de desenvolvimento sócio-econômico dentro do qual o imperativo de atender às necessidades presentes da população não deve comprometer a capacidade de atendimento das necessidades das futuras gerações.

Esses princípios são particularmente importantes para o Brasil, que se desenvolve em um território de dimensão continental, dotado de imenso patrimônio natural, mas que acumula forte tradição de exploração predatória de seus recursos. Historicamente as relações da sociedade brasileira com a natureza e o meio ambiente têm-se caracterizado por objetivos econômicos imediatistas, ausência de visão de longo prazo e pouco conhecimento da estrutura e da dinâmica dos sistemas ambientais. Disso resultam rupturas e destruição desses sistemas e comprometimento dos recursos produtivos e dos bens naturais disponíveis para a população.

O próprio subdesenvolvimento e os desequilíbrios sócio-econômicos que lhe são inerentes, constituem fatores geradores de degradação do meio ambiente, devido a processos produtivos ineficientes e altamente predatórios dos recursos naturais. O desenvolvimento sustentável, ao propor um novo e mais equilibrado relacionamento entre a sociedade e o meio natural, representa um avanço na concepção de desenvolvimento, em que a utilização da natureza se fundamenta no conhecimento técnico-científico e na proteção e conservação dos recursos naturais, tendo em vista o desenvolvimento presente e sua sustentabilidade a longo prazo.

Para corresponder a esses desafios é necessária uma mudança cultural na sociedade, com a formação de uma consciência ecológica que atinja as pessoas tanto na condição de cidadãos como de agentes econômicos, envolvendo também as instituições políticas, científicas e culturais. A preocupação com o meio ambiente é condição intrínseca ao desenvolvimento sustentável, que procura a compatibilização da eficiência econômica com a justiça social e a ação não predatória sobre a natureza. As dimensões econômica, social e ambiental devem ser harmonizadas para tornar mais eficiente a produção, erradicar a pobreza e assegurar a integridade do meio ambiente e de seus recursos.

As bases dessa política estão na preservação e recuperação dos sistemas naturais e da biodiversidade, na conservação do estoque de recursos naturais, no ordenamento das atividades econômicas em função da base ecológica do território nacional e na eliminação dos desperdícios no uso de energia e matérias-primas.

São ações prioritárias na sua execução o zoneamento ecológico-econômico do território nacional, a adequação da produção e consumo de bens e serviços a padrões conservacionistas, a ampliação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, visando a preservar os ecossistemas naturais e a diversidade biológica, e a recuperação do meio ambiente urbano e rural. Destacam-se também a proteção dos principais ecossistemas, como a Amazônia, os Cerrados, o Pantanal Matogrossense, a Caatinga e a Mata Atlântica, a preservação do patrimônio natural na ocupação de novas áreas e o respeito aos direitos e necessidades dos povos indígenas.

No nível internacional o Governo diligenciará no sentido de serem cumpridos os compromissos da II Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, com atenção para os problemas ecológicos globais, as ações propostas pela Agenda 21 e as convenções e acordos referentes aos direitos do mar, alterações climáticas, poluição atmosférica, diversidade biológica e preservação de florestas.

Princípios Orientadores

A política ambiental está orientada para:

- Fortalecer os órgãos e instituições integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), consolidando o papel do Ministério do Meio Ambiente como órgão central e incentivando a criação e funcionamento de conselhos estaduais e municipais de meio ambiente.
- Articular política e tecnicamente os órgãos da administração pública federal, estadual e municipal e organismos civis para difundir o conceito e os princípios do desenvolvimento sustentável.
- Realizar programas de educação ambiental em todos os níveis do ensino formal e não formal, nos meios de comunicação e junto às instituições da sociedade civil.
- Articular a cooperação técnica, científica e financeira com o exterior, em apoio à política de meio ambiente, e efetivar a presença brasileira nos organismos, convenções e negociações internacionais voltados para os problemas ambientais, priorizando os compromissos decorrentes da II Conferência Internacional Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.
- Proteger e preservar os grandes ecossistemas nacionais, ampliar as áreas integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e aprofundar os programas de proteção de espécies ameaçadas de extinção, de modo a assegurar a preservação da diversidade biológica.
- Apoiar os órgãos estaduais de meio ambiente na condução do Zoneamento Ecológico-Econômico do território nacional e dar seqüência ao Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro, ao programa de pesquisa sobre o potencial de recursos vivos da Zona Econômica Exclusiva (Plataforma Continental) e ao Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais do Brasil, com apoio financeiro e técnico dos países do Grupo dos Sete.
- Implementar ações para a gestão ambiental e a melhoria da qualidade de vida da população, em especial nas áreas urbanas, no que se refere à poluição do ar, do solo e das águas e à produção de resíduos tóxicos e radioativos.

- Promover a exploração sustentada dos recursos naturais renováveis, mediante o manejo da fauna e flora, dos recursos pesqueiros, de florestas nacionais e de reservas extrativistas, e efetivar a política voltada para o desenvolvimento de atividades e comunidades extrativistas.
- Intensificar e ampliar o controle da qualidade ambiental, a fiscalização da exploração dos recursos naturais renováveis e o desenvolvimento de uma política de recuperação de áreas degradadas.

Ações Prioritárias

Desenvolvimento Institucional

As ações de desenvolvimento institucional compreendem:

Coordenação e Manutenção do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Para viabilizar a execução da política nacional de meio ambiente é indispensável fortalecer a base institucional constituída pelos órgãos federais, estaduais e municipais e organizações não governamentais que formam o SISNAMA. O programa compreende, fundamentalmente, a capacitação técnica e de infra-estrutura dos órgãos de meio ambiente e o apoio à criação dos conselhos estaduais e municipais de meio ambiente. Estão previstos dispêndios de Cr\$ 82,3 bilhões em 1993 (US\$ 3,0 milhões) e Cr\$ 137,2 bilhões em 1994 (US\$ 5,0 milhões).

Programa de Apoio aos Órgãos Estaduais e Municipais de Meio Ambiente. A execução da política nacional de meio ambiente depende da atuação permanente dos órgãos estaduais e municipais nas atividades de controle, fiscalização e desenvolvimento de atividades relacionadas à proteção e conservação do meio ambiente. O programa visa a promover essa descentralização, capacitando os governos estaduais e prefeituras à execução das ações coordenadas pelo Governo Federal. Os dispêndios previstos para 1993 ascendem a Cr\$ 58,3 bilhões (US\$ 2,1 milhões) e a Cr\$ 147,5 bilhões em 1994 (US\$ 5,3 milhões).

Legislação Ambiental. A Constituição Brasileira estabelece que compete à União legislar sobre normas gerais em matéria ambiental. A elaboração dessas normas, iniciada em um processo que contou com ampla participação da sociedade, deverá ser concluída com a apresentação de projeto de lei ao Congresso Nacional contendo as diretrizes básicas da política nacional de meio ambiente.

Educação Ambiental

Programa de Campanhas de Educação Ambiental. Tendo como objetivo conscientizar a sociedade a respeito da educação ambiental, como uma condição imprescindível à preservação do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, o programa atua junto ao sistema de ensino formal e não formal, universidades, centros de pesquisas, órgãos estaduais e municipais de meio ambiente e setores organizados da sociedade civil, nas diferentes regiões do País, promovendo campanhas e divulgando informações técnico-científicas. Estão previstos dispêndios de Cr\$ 235,0 bilhões (US\$ 8,5 milhões) para 1993 e de Cr\$ 1,3 trilhão em 1994 (US\$ 46,7 milhões).

Acordos e Convenções Internacionais

Agenda 21. Esta agenda é o resultado mais expressivo que a comunidade internacional obteve da II Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, tendo em vista a busca de soluções para os grandes problemas atuais. Constitui um plano de ação global de desenvolvimento sócio-econômico e política ambiental para a década de 1990 e início do século 21, podendo se transformar na principal referência nas negociações internacionais, especialmente quanto aos países em desenvolvimento. Seus principais temas são o combate à pobreza, educação, saúde e política demográfica, abastecimento de água potável, saneamento e tratamento de resíduos, agricultura, desenvolvimento rural e o gerenciamento sustentável dos recursos hídricos, solos e florestas. Os princípios, diretrizes e ações da Agenda 21 serão harmonizados com as condições e os sistemas de planejamento de cada país. No Brasil, serão definidos em 1993 os estudos e propostas para consulta a instituições do governo e da sociedade, visando à formulação da Agenda 21 Nacional. Em 1994 deverá ter início a execução de cinco projetos de desenvolvimento no contexto dos objetivos e metas a serem estabelecidos na Agenda.

Convenção de Viena e Protocolo de Montreal. O objetivo da Convenção de Viena, instituída em 1985, é proteger a saúde humana e o meio ambiente contra os efeitos de substâncias e atividades que alteram ou destroem a camada de ozônio da atmosfera. O Protocolo de Montreal, firmado em 1987, no âmbito da Convenção, visa a estabelecer medidas técnicas e legais para substituição das substâncias que causam aqueles efeitos (CFC e halons). O compromisso dos países signatários é de, inicialmente, reduzir em 50% o uso de halons, até junho de 1993, e de CFC, até 1999. O Brasil aderiu aos dois acordos em

1990 e instituiu em outubro de 1991 o Grupo de Trabalho do Ozônio (GTO), sob a coordenação do Ministério da Indústria e Comércio, com a missão de estabelecer o Programa Nacional de Implementação do Protocolo de Montreal.

Convenção Sobre Alteração Climática. Esta Convenção, estabelecida na Conferência de 1992, define as responsabilidades, direitos e compromissos dos países signatários no que se refere às emissões de gases (sobretudo o CO₂) que provocam o aquecimento da atmosfera (efeito estufa). O acordo entrará formalmente em vigor quando for ratificado por 50 países, enquanto estão sendo elaborados os protocolos fixando as medidas para limitar as emissões na atmosfera.

Convenção Sobre Proteção da Biodiversidade. Representando uma das propostas mais importantes da Conferência de 1992, esta Convenção tem como objetivo a preservação das espécies vivas (flora e fauna) em seus habitats naturais, com atenção particular para os ecossistemas que têm sua estabilidade ameaçada. A Convenção discutirá também os direitos de exploração da biodiversidade e entrará em vigor após ser ratificada por 30 países.

Declaração Autoritativa de Princípios Florestais. Definido no âmbito da Conferência de 1992, este compromisso consigna, pela primeira vez, princípios em escala mundial em matéria de exploração, manejo e conservação de florestas, abrindo caminho para negociações futuras no sentido de um acordo internacional nesse tema, resguardando aos países atuarem de acordo com suas políticas e prioridades nacionais.

Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável. Concebida como Comissão de alto nível, busca assegurar o efetivo prosseguimento da Conferência de 1992, através da incorporação dos princípios da Declaração do Rio e da Declaração Autoritativa de Princípios Florestais à Agenda 21. A Comissão está constituída por 53 países membros da ONU, levando-se em conta critérios de distribuição geográfica. O Brasil foi eleito para um mandato de dois anos, por indicação do Grupo Latino. A primeira sessão está marcada para junho de 1993, na sede da ONU, quando será aferida a inserção das metas da Agenda 21 nas políticas nacionais.

Convenção de Combate à Desertificação. A Assembléia Geral das Nações Unidas de 1992 instituiu um comitê intergovernamental de negociações para criar esta Convenção até junho de 1994. Para o Brasil há grande interesse em

negociar os termos da Convenção, envolvendo atividades de prevenção ou recuperação de terras susceptíveis à estiagem e à desertificação, como ocorre na região Nordeste.

Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). A constituição deste acordo comercial entre o Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, a ser concluída até dezembro de 1994, implica, entre outros aspectos, no compromisso de os países harmonizarem suas legislações sobre meio ambiente, nos aspectos que se relacionem com suas transações comerciais. Conforme cronograma estabelecido em maio de 1992, os estudos referentes à análise e proposições sobre a legislação comum de meio ambiente serão efetivados no período de junho a dezembro de 1993.

Proteção de Ecossistemas e Conservação dos Recursos Naturais Renováveis

Neste campo serão implementadas as seguintes ações:

Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional. Este projeto deverá constituir um dos principais instrumentos dos planos de ordenação do território nacional. As prioridades da execução foram definidas para as regiões Amazônica e Nordeste, cujos levantamentos deverão ser concluídos até o final de 1994. O zoneamento é realizado por Estados, tendo como executores os órgãos técnicos de meio ambiente dos governos estaduais, sob a supervisão de órgãos federais (SAE, IBAMA, IBGE e outros). Em 1993 estão previstos gastos de Cr\$ 106,5 bilhões (US\$ 3,9 milhões); em 1994 devem ser aplicados Cr\$ 132,9 bilhões (US\$ 4,8 milhões).

Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC). Este programa, iniciado em 1990, visa a planejar e gerenciar, de forma integrada e descentralizada, as atividades sócio-econômicas na Zona Costeira do Brasil, abrangida por 17 Estados. A meta para 1993 é a conclusão do macrozoneamento de 30% da área (90.000 km²); em 1994 deverão ser realizados mais 120.000 km², atingindo-se 70% do macrozoneamento total. Os órgãos técnicos estaduais participam da execução do programa, que inclui entre suas metas para 1993-94 a operação do Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro (SIGERCO). Os dispêndios previstos para 1993 são de Cr\$ 79,8 bilhões (US\$ 2,9 milhões) e de Cr\$ 235,7 bilhões em 1994 (US\$ 8,5 milhões).

Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. Criado em junho de 1992, com o objetivo de maximizar os benefícios ambientais das florestas tropicais do país, o programa será executado em três anos, contando com recursos externos de US\$ 250 milhões. Desse total, US\$ 50 milhões serão doação dos países do Grupo dos Sete e da Comissão das Comunidades Européias; os demais US\$ 200 milhões serão objeto de projetos bilaterais a serem negociados com os mesmos países. Entre outros componentes, o programa envolve projetos referentes a reservas indígenas, reservas extrativistas, florestas nacionais, projetos demonstrativos, pesquisas, zoneamento ecológico-econômico, fortalecimento dos órgãos estaduais de meio ambiente, educação ambiental, parque e reservas, manejo de recursos naturais e recuperação de áreas degradadas. As atividades do programa estão em fase de detalhamento de projetos (atividades de pré-investimento). Está prevista a aplicação de Cr\$ 1,7 trilhão (US\$ 62,7 milhões) em cada ano do biênio 1993-94.

Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA). Este programa está estruturado sobre três componentes principais: desenvolvimento institucional para a gestão de assuntos ambientais, implantação e consolidação de unidades de conservação (parques nacionais, reservas biológicas, estações ecológicas) e proteção de ecossistemas considerados patrimônio nacional pela Constituição Brasileira (Pantanal Matogrossense, Floresta Atlântica e Zona Costeira). O programa tem financiamento do Banco Mundial (US\$ 117 milhões), Banco de Desenvolvimento do Governo Alemão - KFW (US\$ 16,3 milhões) e Governo Brasileiro (US\$ 33,1 milhões). É executado de forma descentralizada, com a participação de órgãos estaduais e municipais e organizações não governamentais. Os dispêndios previstos para 1993 ascendem a Cr\$ 2,0 trilhões (US\$ 71,6 milhões) e, para 1994, Cr\$ 2,9 trilhões (US\$ 107,5 milhões).

Programa Nacional de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica. O objetivo deste programa é a efetiva proteção, recuperação e utilização sustentável da diversidade biológica brasileira (flora, fauna, micro-organismos e ecossistemas), a ser concretizada mediante três linhas prioritárias: inventário e monitoramento da diversidade biológica, estimativa de seu valor econômico e conservação e utilização sustentável dos recursos bióticos. O programa vincula-se aos princípios da Convenção Sobre Diversidade Biológica, estabelecida na Conferência de 1992, e terá apoio

financeiro do Fundo Para o Meio Ambiente Mundial (Global Environment Facility - GEF). Esses recursos serão incorporados ao Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA). O custo previsto do programa é de US\$ 50 milhões, compreendendo as fases de investimento (US\$ 10 milhões) e de fomento (US\$ 40 milhões). Em 1993 serão aplicados Cr\$ 260,7 bilhões (US\$ 9,5 milhões) e, em 1994, Cr\$ 315,6 milhões (US\$ 11,4 milhões).

Programa de Gestão de Bacias Hidrográficas. O objetivo do programa é controlar e monitorar, mediante ações articuladas com governos estaduais, as bacias e microbacias hidrográficas para avaliar os empreendimentos existentes em suas áreas, definir diretrizes de fiscalização, estabelecer normas específicas de utilização dos recursos hídricos, recuperar cursos de água e proteger nascentes. O programa inclui, na órbita de ação do Governo Federal, a recuperação da bacia do rio Paraíba do Sul, nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, e tem dispêndios previstos de CR\$ 58,3 bilhões em 1993 (US\$ 2,1 milhões) e de Cr\$ 353,3 milhões em 1994 (US\$ 12,8 milhões).

Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). Criado pela Lei no 7.797, de 10 de julho de 1989, este Fundo tem como principal objetivo financiar instituições públicas federais, estaduais e municipais e organizações não governamentais na execução de projetos que visem à conservação do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais. É também seu objetivo promover a participação da sociedade civil na solução dos problemas ambientais do país. O Fundo apoia um número significativo de projetos, envolvendo inúmeras instituições governamentais e não governamentais, e a partir de 1993 contará com 66% de seus recursos provenientes de um empréstimo de US\$ 22 milhões do BID. Para 1993 está prevista a aplicação de Cr\$ 436,6 bilhões (US\$ 15,8 milhões) e, para 1994, de Cr\$ 661,0 bilhões (US\$ 24,0 milhões).

Proteção, Conservação e Manutenção de Ecossistemas. Um dos setores mais importantes da atuação do IBAMA diz respeito à proteção e conservação dos ecossistemas nacionais. Através de diversos programas permanentes, são executadas atividades de pesquisa, educação ambiental, aparelhamento institucional e preservação, relacionadas com os grandes ecossistemas - Amazônia, Cerrados, Pantanal Matogrossense, Caatinga, Floresta Atlântica e Zona Costeira - e sua biodiversidade. Através do Sistema Nacional de Unidades de Conservação são realizadas as ações de levantamentos, pesquisas, demarcação e manutenção dos parques nacionais, reservas biológicas,

estações ecológicas e áreas de proteção ambiental. Os programas envolvem também a instituição e o apoio às florestas nacionais e reservas extrativistas, voltadas para a conservação e o manejo sustentado de seus recursos renováveis. Em 1993 a execução dos programas demandará recursos de Cr\$ 1,2 trilhão (US\$ 33,9 milhões) e, em 1994, Cr\$ 3,5 trilhões (US\$ 128,0 milhões).

Plano Setorial Para os Recursos do Mar (PSRM). O 3º Plano Setorial Para os Recursos do Mar, criado pelo Decreto 98.479/89, definiu as diretrizes e prioridades para o setor no período de 1990-93, em função de o Brasil ter ratificado a Convenção das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar. Para atender ao compromisso de levantamento dos potenciais sustentáveis de captura de recursos vivos de sua Zona Econômica Exclusiva (Plataforma Continental), foi criado o Programa Para o Levantamento dos Potenciais Sustentáveis de Recursos Vivos da Zona Econômica Exclusiva (REVIZE). A execução desse programa de pesquisas, cuja coordenação foi transferida do Ministério da Marinha para o Ministério do Meio Ambiente, será um dos aspectos prioritários da política de meio ambiente do Governo em 1993. Os dispêndios previstos para este ano são de Cr\$ 139,9 bilhões (US\$ 5,1 milhões) e de Cr\$ 189,3 bilhões para 1994 (US\$ 6,9 milhões).

Programa de Proteção ao Meio Ambiente em Terras Indígenas. O Ministério do Meio Ambiente, em conjunto com o IBAMA e a FUNAI, tem a responsabilidade de elaborar projetos de proteção e recuperação do equilíbrio ecológico nas terras indígenas, para a sobrevivência física e cultural das comunidades. Em 1993 o programa iniciará o Cadastro Nacional de Áreas Indígenas, efetivando o levantamento ambiental dessas áreas em termos de composição geográfica e biótica, vocação de uso, áreas de influência e de entorno, atividades existentes e outros aspectos. Em 1993 os gastos previstos são de Cr\$ 5,9 bilhões (US\$ 214 mil) e, em 1994, de Cr\$ 21,5 bilhões (US\$ 781 mil).

Pesquisa e Desenvolvimento Técnico-Científico. O IBAMA, em conjunto com a comunidade científica e ambientalista e órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, promove e apoia um programa diversificado de pesquisas, voltadas tanto para o conhecimento dos ecossistemas do país como para a exploração sustentável dos seus recursos e a reversão de processos poluidores e degradadores do meio ambiente. São exemplos significativos os programas de pesquisas referentes à diversidade biológica, proteção das

florestas tropicais, zoneamento ecológico-econômico, gerenciamento costeiro e recursos vivos da Zona Econômica Exclusiva. Os gastos previstos para 1993-94 ascendem a Cr\$ 1,6 trilhão (US\$ 59,7 milhões).

Programa de Cooperação Internacional para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável dos Recursos Naturais Renováveis. Programa a ser iniciado em 1993, tem o objetivo de efetivar os compromissos da Conferência de 1992 referentes à política de desenvolvimento sustentável. O programa será executado pelo Ministério do Meio Ambiente, com o apoio de instituições públicas e privadas de pesquisa e meio ambiente. Os gastos previstos para 1993 são de Cr\$ 58,3 bilhões (US\$ 2,1 milhões) e de Cr\$ 13,0 bilhões em 1994 (US\$ 473 mil).

Monitoramento, Controle e Fiscalização do Meio Ambiente

Fiscalização e Controle da Qualidade Ambiental. As atividades de fiscalização e controle da qualidade ambiental, que têm a coordenação nacional sob a responsabilidade do IBAMA, objetivam a proteção dos recursos florestais, da fauna e pesqueiros e o controle dos fatores e fontes poluentes e/ou degradadoras do meio ambiente. Estas ações em conjunto integram o Projeto de Fiscalização dos Recursos Ambientais, executado de forma descentralizada pelas Superintendências Estaduais do IBAMA e por entidades convenientes - órgãos estaduais de meio ambiente e polícias florestais dos Estados. A ação de fiscalização e controle será fortalecida em 1993-94 através do aparelhamento das unidades descentralizadas, capacitação dos agentes de defesa ambiental, aperfeiçoamento dos sistemas de sensoriamento remoto, informatização do sistema de controle. Serão aplicados Cr\$ 1,2 trilhão (US\$ 43,3 milhões) em 1993 e Cr\$ 3,3 trilhões em 1994 (US\$ 120,9 milhões).

Programa Integrado de Prevenção e Controle de Queimadas na Região Amazônica. Este programa, a ser iniciado em 1993, constitui uma extensão do Programa de Prevenção e Combate às Queimadas (PREVFOGO), de responsabilidade do IBAMA. Como programa específico para a Amazônia, seu objetivo é o de reduzir ao mínimo a prática das queimadas que assolam anualmente a região, promovendo o controle preventivo e a difusão de técnicas alternativas para a exploração dos recursos do solo. Os dispêndios em 1993 ascendem a Cr\$ 70,0 bilhões (US\$ 2,5 milhões) e, em 1994, a Cr\$ 245,6 milhões (US\$ 8,9 milhões).

Projeto de Controle da Atividade Garimpeira em Bacias Hidrográficas da Região Amazônica. Este projeto, a ser iniciado em 1993, tem o objetivo de controlar e monitorar as áreas de garimpo da Amazônia, promover a organização e licenciamento dos empreendimentos e apoiar o avanço técnico, econômico e social dessa atividade. Os impactos ambientais dos garimpos na Amazônia se agravam com o desmatamento, deposição de efluentes químicos nas águas, assoreamento e desvio de rios, ocupação desordenada de áreas e formação de núcleos populacionais sem infra-estrutura. Devido ao grande número de pessoas envolvidas direta e indiretamente e à importância econômica que assumem na região, os garimpos requerem medidas em profundidade no sentido de consolidá-los como exploração sustentada e compatível com o equilíbrio do meio ambiente. Os dispêndios em 1993 serão de CR\$ 70,0 bilhões (US\$ 2,5 milhões) e, em 1994, de Cr\$ 341,6 bilhões (US\$ 12,4 milhões).

Programa de Desenvolvimento Ambiental Urbano. O objetivo deste programa, cuja execução terá início em 1993, é promover e coordenar ações no sentido de melhorar a qualidade de vida nas grandes áreas metropolitanas. As ações serão articuladas com as prefeituras municipais, visando ao levantamento de áreas críticas, reabilitação de áreas degradadas, indicação de áreas destinadas à preservação e a usos específicos e definição de normas e critérios para a localização de atividades industriais e de população, que constituem os principais fatores dos impactos ambientais negativos que atualmente caracterizam as principais cidades brasileiras. Os dispêndios para 1993 serão de CR\$ 58,3 bilhões (US\$ 2,1 milhões) e de Cr\$ 284,7 bilhões para 1994 (US\$ 10,3 milhões).

Brasil. Secretaria de Planejamento,
Orçamento e Coordenação da Presidência da
Programa de Ação Governamental (1993-
1994): governo Itamar Franco : versão
338.26"1993/1994" B823p

Tit.: 1016 Ex.: 000393